

# Ataque comercial contra países pobres

# Brasil e 16 países contra lei da UE de dumping ambiental

Reprodução



## Europa usa pretexto para impôr sanções e 'sistema discriminatório'

Brasil e mais 16 países em desenvolvimento assinaram uma carta criticando a nova legislação da União Europeia por criar sanções nas questões ambientais que "desconsidera as capacidades locais e legislações nacionais", e pedindo uma "cooperação eficaz e diálogo significativo". A nova legislação é mais um capítulo da guerra comercial de países europeus com o objetivo de eliminar a concorrência os produtos dos países pobres, abrindo ainda mais espaço para despejarem sua produção. Agora usando o pretexto ambiental. Pág. 3

## 7 de Setembro: Os símbolos da pátria de volta às mãos do povo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou na quinta-feira (7) do desfile cívico-militar em comemoração à Independência do Brasil na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Não houve discursos. É o primeiro 7 de Setembro deste terceiro mandato de Lula. O governo que marcar a data devolvendo ao povo brasileiro os símbolos da Pátria que foram sequestrados pelo fascismo nos anos anteriores. Milhares de pessoas assistiram ao desfile que destacou a união nacional, a democracia e a soberania do país. Pág. 3

# Lula assume comando do G20 e critica EUA por fomentar guerra

Ricardo Stuckert - PR



O presidente Lula é recepcionado em Nova Délhi, Índia, para a 18ª Cúpula do G20

Lula foi empossado, representando o Brasil, presidente do G20, com mandato que vai até o final de 2024, e afirmou que dará prioridade ao combate à fome, à transição energética e à reforma das instituições de governança global, com presença dos países em desenvolvimento. Em entrevista, Lula voltou a criticar a atuação dos Estados Unidos na guerra da Ucrânia, aju-

lando com dezenas de bilhões o conflito. O presidente declarou que os "EUA estão diretamente envolvidos na guerra". Em discurso feito no encerramento da 18ª Cúpula do G20, o presidente do Brasil informou que criará no grupo duas forças-tarefas: "a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima". Pág. 3

## Engenheiros de SP: "transporte e água não podem ficar ao sabor dos interesses do mercado"

O presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo (Seesp), Murilo Pinheiro, divulgou artigo em que enfatiza que "fornecer água potável, realizar coleta e tratamento de esgoto, destinação correta de resíduos e assegurar drenagem

urbana, assim como garantir o direito de ir e vir, são tarefas eminentemente públicas, que implicam subsídios àqueles com menor poder aquisitivo". Foi lançada em SP o Plebiscito Contra a Privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. Pág. 5

## Huawei rompe o bloqueio dos EUA e lança celular 5G com chip de 7nm

A Huawei, que está sob sanções de Washington e proibida de usar chips e tecnologia dos EUA há três anos, anunciou o lançamento de um novo celular 5G com um processador chinês de 7 nanômetros, o Huawei Mate 60 Pro, rompendo o bloqueio. "A Huawei se liberta do bloqueio tecnológico dos EUA", comemorou o porta-voz oficioso de Pequim, o Global Times. Pág. 7

## Nestlé aumenta monopolização com aquisição da Kopenhagen

A multinacional suíça Nestlé anunciou na quinta-feira (7) que adquiriu as marcas Kopenhagen e Brasil Cacau, pertencentes ao Grupo CRM, por aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. Essa negociação, que expande a parte do monopólio que a Nestlé detém sobre o setor de alimentos no Brasil, foi realizada meses após o Cade aprovar a compra da Chocolates Garoto pela Nestlé, que ocorreu em fevereiro de 2022. Pág. 2

# Governo libera R\$ 741 milhões para as áreas atingidas no RS

Cadu Gomes - VPR

O vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), anunciou no domingo (10) que o governo federal destinará R\$ 741 milhões para as regiões afetadas pelas chuvas provocadas pelo ciclone extratropical no Rio Grande do Sul. Alckmin, que ocupou a Presidência da República enquanto Lula estava na Índia para a reunião do G20, desembarcou no Rio Grande do Sul na manhã do domingo (10), onde visitou as áreas atingidas pelo ciclone extratropical. Ele foi acompanhado por uma comitiva formada por ministros e secretários, sendo recebido pelo governador Eduardo Leite (PSDB). A Defesa Civil informou no domingo que subiu para 43 o número de mortos. Pág. 4



## Moraes homologa a colaboração de Mauro Cid e cede liberdade provisória

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou, no sábado (9), o acordo de colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com a PF (Polícia Federal). A depender do conteúdo dessa delação, pois a PF já sabe muito sobre muitos desmandos e ilegalidades cometidas por Bolsonaro, pode-se dizer, não demora muito e o "mito" estará em situação ainda mais difícil do que já está. Moraes também autorizou a liberdade provisória de Cid, com as seguintes medidas cautelares: uso de tornozeleira eletrônica, limitação de sair de casa aos fins de semana e também à noite, afastamento das funções no Exército e proibição de contato com outros investigados. Pág. 3

# Inadimplência aumenta e é a maior em oito meses

Pág. 2

# Produção industrial cai 0,6% em julho atingida pelos juros altos



Foto: Gilson Abreu/AEN-PR

## Abrasel repudia censura dos bancos à campanha contra fim da parcela sem juro

Acabar com a modalidade "seria uma ruptura no crédito e prejudicaria todo o comércio", denuncia o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci. Entidade não vai remover o vídeo

Por meio do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) conseguiu censurar vídeos e anúncios veiculados pela Abrasel, que denunciam a tentativa dos bancos de acabar com o parcelado do cartão de crédito sem juros.

Na última semana, a conselheira Fabiana Soriano acatou o pedido da Febraban de restrição das peças publicitárias dos representantes de bares e restaurantes, com base nos argumentos dos Bancos de que de que a campanha "Os grandes bancos querem acabar com as suas compras parceladas sem juros", da Abrasel, possuía informações enganosas, ao imputar aos bancos a adoção de medidas para a extinção do parcelado sem juros.

No seu despacho, Soriano disse que a campanha da Abrasel tem imputação genérica e categórica a determinado setor, sobre a postura de agir com o objetivo de acabar ou "aleijar" a modalidade de compra parcelada no cartão de crédito sem juros, sem disponibilizar informações revestidas de oficialidade que pudessem atestar a veracidade de tal imputação.

A Abrasel criticou a decisão do Conar afirmando que as peças publicitárias chamam a atenção de maneira clara para a intenção dos bancos de acabar com a competitividade do parcelado sem juros, no âmbito da discussão sobre o financiamento rotativo no cartão de crédito. Para entidade, tal intenção foi reconhecida no próprio pedido da Febraban ao Conar. Na representação, os bancos afirmam que irão entregar um estudo ao governo apontando a necessidade de mexer no parcelado sem juros.

"Para isso usam eufemismos, como 'redesenho' ou 'remodelagem'. O que a Abrasel fez foi trazer este alerta para a sociedade de maneira clara e transparente, chamando para o debate", afirmou o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci.

Foto: Reprodução Abrasel

### Solmucci e o anúncio divulgado pela entidade

Os mesmos, como "redesenho" ou "remodelagem". O que a Abrasel fez foi trazer este alerta para a sociedade de maneira clara e transparente, chamando para o debate", afirmou o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci.

A representante de bares e restaurantes se uniu ao comércio para defender a manutenção das compras parceladas sem juros no cartão, porque entende que acabar com a modalidade "seria uma ruptura no crédito e prejudicaria todo o comércio".

"Só existe bar e restaurante se existir um ecossistema nas ruas, é o comércio ativo e vigoroso que enche os restaurantes", avaliou o presidente da Abrasel.

Paulo Solmucci disse que não vai remover o material de seu site e que os bancos "deveriam apresentar de maneira transparente à sociedade um produto alternativo".

"Em vez de criar um produto deles, que seja competitivo, [os grandes bancos] estão trabalhando nos bastidores para restringir, para aleijar esse produto de uma maneira que você seja obrigado amanhã a comprar alguma coisa, a usar o crédito com eles", declarou Solmucci.

A proposta de limitação

do parcelado sem juros foi levantada pelos bancos em uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em julho. Na época, o presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo IDV, Jorge Gonçalves Filho, criticou a proposta afirmando que "limitar o cartão parcelado vai retrair o consumo dos mais pobres".

No início do mês passado, no plenário do Senado federal, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o BC estava estudando uma proposta para acabar com o rotativo do cartão de crédito e criar uma tarifa para limitar o parcelamento de longo prazo sem juros, atendendo o pleito de seus patrões.

No entanto, a Câmara dos Deputados, que já discutia limites para os juros do cartão de crédito rotativo e do parcelado, aprovou na última terça-feira (5) o projeto de lei que cria o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas, o Desenrola Brasil, incluindo no texto restrições aos juros do cartão, afastando-se da proposta de limitação do parcelado sem juros.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/abrase-repudia-censura-dos-bancos-a-campanha-contra-o-fim-do-parcelado-sem-juros/>

IBGE aponta o reflexo negativo do arrocho monetário sobre o setor: taxas negativas em 3 das 4 categorias econômicas e 15 dos 25 ramos investigados. No ano, a indústria acumula queda de 0,4% e, em doze meses é 0,0%

A produção industrial brasileira caiu 0,6% em julho deste ano, na comparação com o mês anterior, segundo a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), divulgado nesta terça-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com julho do ano passado, a queda chega a 1,1%. No ano, a indústria acumula taxa negativa (-0,4%) frente a igual período de 2022, e no acumulado dos últimos 12 meses o setor está estagnado em 0,0%.

Segundo André Macedo, gerente da pesquisa, um dos principais motivos para esse resultado de taxas negativas na indústria é a alta taxa de juros.

"O reflexo negativo de uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros mais elevada, tem impacto importante sobre a evolução dessa produção industrial", afirma Macedo. "Ao longo do tempo, a gente vinha citando a inflação em patamares elevados e o mercado de trabalho com um número elevado de trabalhadores fora dele, mas esses fatores foram apresentando algum grau de melhora, mas a gente permanece com a taxa de juros em patamares mais elevados".

O setor industrial se encontra 2,3% abaixo do patamar pré-pandemia, ou seja, fevereiro de 2020, e 18,7% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Na passagem de junho para julho, 15 das 25 atividades industriais pesquisadas apresentaram queda na produção, com destaque para os ramos de veículos automotores, reboques e carrocerias (-6,5%), indústrias extrativas (-1,4%), equipamentos de informática, produtos

eletrônicos e ópticos (-12,1%) e máquinas e equipamentos (-5%).

Entre as atividades que registraram altas estão produtos farmacêuticos e farmacêuticos (8,2%), produtos alimentícios (0,9%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (0,7%).

Nas quatro grandes categorias econômicas da indústria, três tiveram queda de junho para julho: bens de capital - máquinas e equipamentos usados pela indústria - caíram -7,4%; bens de consumo duráveis recuaram -4,1% e os bens intermediários - os insumos industrializados usados no setor produtivo caíram -0,6%. Os bens de consumo semi e não duráveis tiveram alta de +1,5%.

Nos sete primeiros meses do ano, a produção industrial registrou resultados positivos em apenas dois meses: março (1,1%) e maio (0,3%). Em junho, o setor ficou em 0,1% e caiu -0,2% em janeiro, -0,3% em fevereiro e -0,7% em abril, além do -0,6% em julho.

De acordo com Macedo, um dos setores mais afetados é a indústria de bens de consumo duráveis, um segmento que mais depende do crédito que tem nos juros o maior entrave ao consumo.

"A dificuldade na concessão do crédito para a compra de bens de valores mais elevados, é claro, traz reflexos negativos sobre a produção. Não por acaso, um exemplo muito claro desse reflexo negativo é a parte de bens de consumo duráveis, segmento que está 22,6% abaixo do patamar pré-pandemia e 42,1% abaixo do seu ponto mais elevado na série histórica, que foi alcançado em março de 2011. Quando comparado com o patamar de dezembro último, o segmento está 7,4% abaixo".

## Inadimplência avança e é a maior em 8 meses, diz CNC

Juros altos dificultam famílias a pagarem suas dívidas, aponta a economista da CNC Izis Ferreira sobre o índice que atingiu 30% dos consumidores, recorde em agosto

Em agosto, 30% das famílias brasileiras estavam com dívidas atrasadas, segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio (CNC), divulgada nesta terça-feira (5). É a maior proporção em oito meses. A economista da CNC, Izis Ferreira, responsável pelo levantamento, aponta que a principal causa do avanço da inadimplência no País são os juros altos.

O volume de pessoas que afirmaram não ter condições de pagar as dívidas de meses anteriores chegou ao nível recorde de 12,7% do total de consumidores, principalmente entre as famílias de mais baixa renda, de 0 a 3 salários.

Para Izis Ferreira, mesmo com a inflação trazendo uma trégua para o orçamento doméstico, "é um desafio negociar ou pagar uma dívida que está atrasada há mais tempo e que sofre mais com esses juros altos, que aumentam as despesas com juros e que acabam tornando o valor da dívida muito significativa e essa família não consegue pagar. Então temos um contexto de endividamento com tendência de queda e da inadimplência que ainda preocupa e segue crescente".

"Quando a gente olha os juros do cartão de crédito, por exemplo, são juros altíssimos. A gente está falando de algo em torno de 15% ao mês e mais de 440% ao ano no rotativo. Então, isso é que tem levado essas pessoas a apontarem uma maior dificuldade para pagar suas dívidas", declarou Izis Ferreira ao jornal "O Globo".

Ao divulgar os dados no site da CNC, a economista Izis Ferreira destaca que o volume de famílias endividadas no Brasil se reduziu pelo segundo mês consecutivo, na comparação mensal, em todas as faixas

de renda, atingindo a taxa de 77,4% do total dos consumidores com algum tipo de dívidas. Ela cita a inflação mais baixa "quatro vezes menos do que o período do ano passado" e "o mercado de trabalho resiliente, absorvendo pessoas com menor grau de instrução". Por outro lado, "tivemos alta nos índices de inadimplência no volume de pessoas com dívidas atrasadas e no volume de pessoas que afirmam que não vão conseguir pagar as dívidas e vão continuar inadimplentes".

A economista ressalta, ainda, o efeito danoso dos juros altos no orçamento das famílias. "São pessoas que estão com dívidas em mais de uma modalidade, com maior quantidade de dívidas, com dificuldade de pagar as dívidas no prazo de vencimento, principalmente no contexto de mercado de juros que continuam muito altos em várias modalidades de crédito", ressalta.

O cartão de crédito, com seus juros proibitivos em julho de 445,7% ao ano, continua sendo o principal vilão das dívidas. Mais de 85,5% do total pesquisados afirmam ter dívidas com o cartão de crédito. Na sequência, estão as dívidas com as parcelas de carnes (17%).

A pesquisa da CNC considera percentual de famílias endividadas os consumidores que declaram ter dívidas na família, além do cartão de crédito, com cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnes, financiamento de carro, financiamento de casa, entre outras dívidas.

O percentual de famílias com contas/dívidas em atraso são os consumidores considerados inadimplentes, aqueles que não conseguiram a pagar as contas em dia ou afirmam que não vão conseguir pagar as contas.



Foto: Tânia Régio/ABR

## CPI da Americanas não aponta culpados pela fraude e gera protestos

"É muito estranho uma CPI tomar depoimentos e, ao final, não conseguir chegar a nenhuma conclusão sobre um rombo de R\$ 20 bilhões, indo para R\$ 40, segundo informações de mercado", declarou o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE)

O relatório sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que analisa a fraude da Americanas foi apresentado na terça-feira (5) e sua conclusão, de acordo com o relator Carlos Chiodini (MDB-SC), não aponta culpados pela fraude em torno de R\$ 23 bilhões no balanço da empresa, entre outras manobras, que chegam a R\$ 40 bilhões.

A deliberação sobre o relatório deve acontecer até o dia 19 de setembro, limite do prazo para o encerramento dos trabalhos. A intenção, segundo o relator, é votar o texto na próxima semana.

A CPMI foi instalada em 17 de maio, poderia ser prorrogada por 60 dias, mas não há indicações de que isso ocorra, conforme encaminhamentos da comissão presidida pelo deputado Gustinho Ribeiro (Republicanos-SE).

Diante do relatório que não aponta culpados, parlamentares pediram vista, o que adia a votação por duas sessões. Entre eles, a deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) que pediu a prorrogação dos trabalhos porque requerimentos por ela apresentados sequer foram votados.

Entre eles, os pedidos para convocar os três acionistas de referência da Americanas, Jorge Paulo Lehmann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira. Três dos mais ricos negociantes do país, proprietários do Fundo de Investimentos 3G, referência também da Ambev (Brahma, Skol, Guaraná, etc.) e com participações em outras empresas, como a Eletrobrás recentemente privatizada.

"Há motivos de sobra para serem ouvidos, numa CPI, o trio de acionistas", disse a deputada Fernanda Melchionna. "Os maiores bilionários do país num roubo premeditado de R\$ 40 bilhões nem sequer são pautados para serem ouvidos. Tinha requerimento para isso. O presidente não pode decidir, tem que ser o colegiado", completou.

Gustinho Ribeiro defendeu que era sua prerrogativa, como presidente da CPI, decidir quem iria depor ou não e que "a gente sabe que os acionistas não participam do cotidiano dessas empresas".

A responsabilidade pela fraude é de quem assinou os balanços da empresa, ou seja, CEO (Diretor Presidente) e o CFO (Diretor Financeiro) das diretorias, do Conselho de Administração que respaldou esses documentos e mesmo o contador responsável técnico pela produção do Balanço e demais demonstrações financeiras. A CPMI não indicar essas responsabilidades é "muito estranho", como disse o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE).

"É um posicionamento muito estranho de uma CPI tomar vários depoimentos e não chegar a nenhuma conclusão. Estamos servindo de chacota", afirmou Benevides Filho. "Eu não acredito que duas auditorias não saibam o que aconteceu na empresa. Eu acho que nós vamos passar o sinal para as pessoas, de que fomos incompetentes para identificar esses desvios que foram feitos", completou.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/relator-da-cpi-da-americanas-nao-aponta-culpados-pela-fraude-bilionaria-e-gera-protestos/>

Escreva para o HP

[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HP**

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [horadopovomg@gmail.com](mailto:horadopovomg@gmail.com)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marquês Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP: 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovo@yahoo.com.br](mailto:horadopovo@yahoo.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Nestlé monopoliza setor de chocolate no Brasil com aquisição da Copenhagen

Operação ocorre após o Cade avalizar compra da Chocolates Garoto pela múlti suíça

A multinacional suíça Nestlé anunciou na quinta-feira (7) que adquiriu as marcas Copenhagen e Brasil Cacau, pertencentes ao Grupo CRM, por aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. Essa negociação, que expande a parte do monopólio que a Nestlé detém sobre o setor de alimentos no Brasil, foi realizada meses após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovar a compra da Chocolates Garoto pela Nestlé, que ocorreu em fevereiro de 2002.

Segundo a multinacional, o contrato de compra e venda da participação majoritária na empresa brasileira Grupo CRM, foi assinado neste feriado. O grupo CRM, popularmente conhecido pelas marcas Copenhagen e Chocolates

Brasil Cacau, surgiu em 2009, mas teve o seu início em 1996, quando o empresário paulista Celso Ricardo de Moraes comprou a Copenhagen.

O grupo familiar privado CRM opera mais de 1.000 franquias de chocolate no Brasil e tem uma crescente presença online. A herdeira única do grupo, Renata Moraes Vichi, permanecerá como gestora da empresa, segundo a Nestlé.

Essa transação ainda terá que ser aprovada pelo Cade.

Neste ano, após 20 anos da compra da Chocolates Garoto pela Nestlé em fevereiro de 2002, o órgão, que deveria atuar contra a concentração de mercado, deu aval a esda operação, alegando que, desde a venda da Garoto, houve 'significativa entrada de

concorrentes' no mercado.

Além de ocupar praticamente todas as prateleiras das gôndolas do setor de chocolates e doces de supermercado e Hipermercados, com seus produtos, a Nestlé tem forte presença - com privilégio de destaque sob os concorrentes - nos demais corredores de alimentos, com suas marcas voltadas para produtos, como por exemplo: cafés e bebidas - achocolatados e outros derivados, água e refrigerante -; biscoitos e cereais; sorvetes e derivados lácteos (iogurtes, leite condensado, leite em pó etc...); alimentos Infantis, e alimentos destinados a animais.

Com o monopólio do setor, o resultado é eliminação de qualquer concorrência, definição dos preços-elevados, demissões e fechamento de lojas.

# Brasil e mais 16 criticam UE e os seus ataques aos países pobres



## População festejou a Independência Desfile do 7 de Setembro: os símbolos da Pátria de volta às mãos do povo

Milhares de pessoas assistiram ao desfile que destacou a união nacional, a democracia e a soberania do país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou nesta quinta-feira (7) do desfile cívico-militar em comemoração à Independência do Brasil na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Não houve discursos.

É o primeiro 7 de Setembro deste terceiro mandato de Lula. O governo que marcar a data devolvendo ao povo brasileiro os símbolos da Pátria que foram sequestrados pelo fascismo nos anos anteriores.



## Lula e os comandantes. Reprodução

Lula e seu governo querem ressaltar a união nacional, a democracia e a relação institucional entre o poder civil e as Forças Armadas. Na noite anterior, em cadeia nacional, Lula conclamou o país à união nacional pela soberania, a democracia e o desenvolvimento nacional.

Lula chegou ao desfile em carro aberto, em pé, acompanhado da primeira-dama Janja. O presidente usava a faixa presidencial recebida na posse em janeiro. O casal acenou para o público que lotava as arquibancadas e seguiu para a tribuna de honra, com cerca de 200 lugares para autoridades. Não houve discursos.



## Desfile dos blindados

Na tribuna de honra estavam o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, e o vice-presidente da República Geraldo Alckmin; ministros como Márcio França (Micro e Pequena Empresa).



Também no palanque Margareth Menezes (Cultura), Cida Gonçalves (Mulheres) e Nísia Trindade (Saúde); o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas – ambos, cotados para uma vaga no STF; o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB).



O personagem Zé Gotinha, mascote da campanha de vacinação no país, desfilou em cima de um carro do Corpo de Bombeiros do DF e foi aplaudido pelo público.

Lula tirou fotos ao lado dos comandantes das FFAA. Estavam com ele, além do ministro da Defesa, José Múcio, o comandante do Exército, Tomás Ribeiro Paiva; o comandante da Aeronáutica, Marcelo Kanitz Damasceno; o comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen.



Países cobram da UE "cooperação eficaz e diálogo significativo"

## Lula assume comando do G20 e critica os EUA por instigarem guerra na Ucrânia

Lula foi empossado, representando o Brasil, presidente do G20, com mandato que vai até o final de 2024, e afirmou que dará prioridade ao combate à fome, à transição energética e à reforma das instituições de governança global, com presença dos países em desenvolvimento.

Em entrevista, Lula voltou a criticar a atuação dos Estados Unidos na guerra da Ucrânia, acusando de bilhões o conflito. O presidente declarou que os "EUA estão diretamente envolvidos na guerra".

Em discurso feito no encerramento da 18ª Cúpula do G20, o presidente do Brasil informou que criará no grupo duas forças-tarefas: "a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima".

Para Lula, "precisamos redobrar os esforços para alcançar a meta de acabar com a fome no mundo até 2030, caso contrário estaremos diante do maior fracasso multilateral dos últimos anos". Ele ainda ressaltou que os países vão precisar investir nesse tipo de política.

Além disso, "queremos maior participação dos países emergentes nas decisões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional [FMI]".

"A insustentável dívida externa dos países mais pobres precisa ser equacionada", enfatizou. "A OMC [Organização Mundial do Comércio] tem que ser revitalizada e seu sistema de solução de controvérsias precisa

voltar a funcionar".

Ainda no tema dos órgãos de governança global, Lula disse que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) "precisa contar com a presença de novos países em desenvolvimento entre seus membros permanentes e não permanentes" para "recuperar sua força política".

Vivemos em um mundo "em que as instituições de governança ainda refletem a realidade de meados do século passado", criticou.

Em novembro de 2024, o Rio de Janeiro sediará a próxima Cúpula do G20, encerrando o mandato do Brasil na Presidência do grupo.

## PUTIN

Em entrevista ao jornal indiano FirstPost, Lula afirmou que convidará o presidente da Rússia, Vladimir Putin, para a reunião do G20 no Brasil e que "não existe a possibilidade" dele ser preso durante a viagem.

"O Putin pode ir tranquilamente para o Brasil. Eu posso lhe dizer, se eu for o presidente do Brasil e ele for ao Brasil, não há por que ele ser preso", disse.

"Ninguém vai desrespeitar o Brasil, porque tentar prender ele no Brasil é desrespeitar o Brasil. É preciso as pessoas levarem muito a sério isso", continuou.

Putin já deixou de comparecer em reuniões por conta de uma condenação pelo chamado Tribunal Penal Internacional (TPI). O Kremlin considera o órgão "uma marionete nas mãos do Ocidente coletivo, que está sem-

pre pronto para exercer pseudo-justiça sob encomenda".

"Antes do G20 no Brasil, teremos o Brics na Rússia, e eu vou ao Brics na Rússia no próximo ano. Todo mundo vai para a reunião do Brics e espero que também venham para o G20 no Brasil".

A Cúpula do G20, segundo Lula, "não é o fórum apropriado para discutir a guerra na Ucrânia. O lugar é a Assembleia Geral da ONU, para que chamemos Putin e Zelensky quando estiverem prontos para a mesa de negociações", defendeu.

O presidente Lula tem criticado a postura dos países que estimulam a guerra com armamentos e dificultando qualquer tratativa de paz. "Os EUA estão diretamente envolvidos na guerra. Outros países não estão e não querem discutir a guerra. Querem discutir a paz", declarou.

O presidente brasileiro ainda criticou duramente o bloqueio dos EUA contra Cuba. "É inimaginável que Cuba tenha um bloqueio por 60 anos", disse, criticando as sanções norte-americanas à ilha caribenha. "A primeira oportunidade que tiver com Biden vou dizer a ele que é necessário parar de penalizar Cuba. Não é um país que tem terroristas," reforçou o presidente.

Na entrevista, Lula repeliu a hostilidade dos Estados Unidos contra a China. "Não vejo bem essa briga entre EUA e China. Não é uma coisa boa. É uma tentativa de criar uma nova guerra fria, que não foi boa para a humanidade," afirmou.

## Moraes homologa colaboração premiada e concede liberdade provisória a Mauro Cid

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou, neste sábado (9), o acordo de colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com a PF (Polícia Federal).

A depender do conteúdo dessa delação, pois a PF já sabe muito sobre muitos desmandos e ilegalidades cometidas por Bolsonaro, pode-se dizer, não demora muito e o "mito" estará em situação ainda mais difícil do que já está.

Moraes também autorizou a liberdade provisória do ex-ajudante de ordens do ex-chefe do Executivo, que estava preso desde maio.

Moraes determinou, no entanto, que Cid cumpra as seguintes medidas cautelares: uso de

tornozoleira eletrônica, limitação de sair de casa aos fins de semana e também à noite, afastamento das funções no Exército e proibição de contato com outros investigados.

Na última quarta-feira (6), Cid esteve no STF e foi recebido pelo juiz auxiliar Marco Antônio Vargas, que trabalha no gabinete do ministro Alexandre de Moraes, para confirmar formalmente a intenção da delação.

## ACÓRDOS

A lei que trata da colaboração ou delação premiada permite que a PF negocie acordos diretamente com o investigado, sem a necessidade de anuência do Ministério Público. Em 2018, o Supremo validou a possibilidade da PF firmar as tratativas. Braço direito e es-

quendo do ex-presidente Bolsonaro, nos 4 anos em que esteve no Palácio do Planalto, o tenente-coronel prestou depoimento por mais de 10 horas à PF, dia 28 de agosto.

Além da venda ilegal de joias recebidas por comitivas presidenciais, ele é investigado ainda por envolvimento na tentativa de invasão ao sistema eletrônico do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e por falsificação dos cartões de vacinação da família de Bolsonaro.

Essa última acusação motivou, em maio, a prisão preventiva do oficial do Exército.

## PATRANHA

Nos últimos dias do governo passado, Cid tentou resgatar kit de joias que o casal Michelle e Jair Bolsonaro havia recebido do governo da Arábia Saudita.

Em carta, condenaram a nova legislação da União Europeia por criar sanções nas questões ambientais discriminatórias que "desconsidera as capacidades locais e legislações nacionais"

O Brasil e mais 16 países em desenvolvimento assinaram uma carta criticando a nova legislação da União Europeia por criar sanções nas questões ambientais que "desconsidera as capacidades locais e legislações nacionais", e pedindo uma "cooperação eficaz e diálogo significativo".

O documento é assinado pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Indonésia, Malásia, México, Nigéria, Paraguai, Peru, República Dominicana e Tailândia.

O grupo de países destaca que a legislação europeia cria "um sistema unilateral de avaliação de risco que é intrinsecamente discriminatório e punitivo, o que pode ser inconsistente com as obrigações perante a OMC [Organização Mundial do Comércio]".

"Essa legislação desconsidera as circunstâncias e as capacidades locais, as legislações nacionais e os mecanismos de certificação dos países produtores em desenvolvimento, bem como seus esforços para combater o desmatamento e os compromissos assumidos em foros multilaterais", continua a carta.

Além disso, as sanções não terão "impacto positivo nas taxas de desmatamento" e podem acarretar no "aumento da pobreza, desvio de recursos e atraso na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)".

Os 17 países ainda alertam que "os pequenos produtores podem acabar excluídos das cadeias de valor internacionais, não porque desmataram suas terras, mas em função de sua incapacidade de cumprir com os rigorosos requisitos impostos".

O documento convida a Comissão Europeia e a União Europeia a se "engajarem em um diálogo mais significativo e aberto com os países produtores do que o promovido até o momento".

## Leia a íntegra da carta

Nós, abaixo assinados, desejamos transmitir por meio desta carta a nossa profunda preocupação com relação à recente entrada em vigor do regulamento da União Europeia sobre produtos livres de desmatamento (EUDR), em 29 de junho de 2023. Conforme afirmado na carta datada de 27 de julho de 2022, enviada por um grupo de países produtores, essa legislação desconsidera as circunstâncias e as capacidades locais, as legislações nacionais e os mecanismos de certificação dos países produtores em desenvolvimento, bem como seus esforços para combater o desmatamento e os compromissos assumidos em foros multilaterais, incluindo o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Além disso, estabelece um sistema unilateral de avaliação de risco que é intrinsecamente discriminatório e punitivo, o que pode ser inconsistente com as obrigações perante a OMC.

Considerando que, apesar de múltiplas manifestações de preocupação, especialmente dos países em desenvolvimento, a legislação começará a ser implementada em menos de 18 meses, e que a UE ainda elabora os seus atos e dire-

## Flávio Dino rebate Aras e defende acordo entre PF e Cid: "jurisprudência do STF"

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, defendeu no sábado (9) o processo do acordo de colaboração premiada entre o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, e a Polícia Federal (PF).

O ministro rebateu as alegações do procurador-geral da República, Augusto Aras, contrário ao acordo. Segundo Aras, a Procuradoria Geral da República (PGR) "não aceita delações conduzidas pela Polícia Federal".

"Sobre tal preceito, houve ADI e o STF decidiu conforme Ementa em anexo. Portanto, a Polícia Federal aplicou a lei, em consonância com a jurisprudência do STF", escreveu Flávio Dino no X (ex-Twitter), que também citou e anexou cópia da lei 12.850 de 2013.

Flávio Dino destacou o parágrafo 6º do inciso 4º da lei, que regulamenta o papel da polícia e do Ministério Público (chefiado pela PGR) em aceitar colaborações premiadas.

"O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e

trizes de implementação, instamos a Comissão e outras instituições da UE a se engajarem em um diálogo mais significativo e aberto com os países produtores do que o promovido até o momento. A UE deveria trabalhar para corrigir sua legislação, ou, no mínimo, buscar mitigar seus impactos mais prejudiciais por meio de diretrizes de implementação que valorizem adequadamente as práticas sustentáveis locais nas cadeias de valor agrícolas, tanto as já aplicadas quanto aquelas em fase de desenvolvimento, e evitem perturbações comerciais, incluindo a carga administrativa excessiva relacionada aos requisitos de geolocalização e rastreabilidade, certificação e controle alfandegário.

A abordagem inflexível adotada pela UE, implementada por meio deste modelo de diligência devida e rastreabilidade, ignora as diferentes condições locais e inevitavelmente imporá custos imensos tanto aos países exportadores quanto aos importadores, bem como aos produtores e consumidores. Embora esses custos sejam certos, consideramos que a legislação, por si só, não terá impacto positivo nas taxas de desmatamento e pode até mesmo produzir outros efeitos adversos, como aumento da pobreza, desvio de recursos e atraso na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os pequenos produtores são especialmente vulneráveis à EUDR e requerem apoio especial. A UE deveria reconhecer os esforços feitos pelos países em desenvolvimento para melhorar seus meios de subsistência e práticas de sustentabilidade, bem como os desafios significativos que esses produtores enfrentam, como acesso limitado a esquemas de financiamento, novas tecnologias e treinamento e assistência técnica. Os pequenos produtores podem acabar excluídos das cadeias de valor internacionais, não porque desmataram suas terras, mas em função de sua incapacidade de cumprir com os rigorosos requisitos impostos pela EUDR. Isso privaria injustamente os pequenos produtores de uma fonte importante de renda e subsistência, e até mesmo afetaria sua capacidade de adotar práticas sustentáveis. Solicitamos à Comissão, portanto, que formule atos de implementação e diretrizes claros e detalhados, nos quais sejam previstos regimes diferenciados de conformidade e diligência devida para produtos e mercadorias originários de pequenos produtores em países em desenvolvimento, considerando que as PME da UE receberão um tratamento mais flexível.

Em conclusão, reiteramos nosso compromisso com os ODS e com acordos e metas ambientais multilaterais. Considerando nossos objetivos compartilhados e a necessidade de trabalharmos juntos para enfrentar desafios globais, pedimos à UE que se envolva em processos de cooperação eficazes e diálogos significativos com seus parceiros nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável, a fim de abordar conjuntamente o impacto da legislação da UE e seus instrumentos de implementação, inclusive o fornecimento de apoio para facilitar o comércio.

o investigado ou acusado e seu defensor", diz o trecho da legislação citado por Dino.

A Polícia Federal aceitou um acordo de colaboração premiada com Mauro Cid na quinta-feira (7). O acordo para ser efetivado precisava de um parecer da PGR e da homologação do Supremo Tribunal Federal (STF). A PGR foi contra o acordo.

Porém, no sábado, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, homologou o acordo e concedeu liberdade provisória a Cid.

Mauro Cid deve abordar três temas em sua colaboração com a Justiça: as joias, a falsificação de cartões de vacinação e as tentativas de golpe de Estado promovidas por Bolsonaro.

## JOIAS

O ex-faz-tudo de Bolsonaro foi preso em maio, investigado por participar de um esquema de fraudes de cartões de vacina envolvendo o ex-presidente.

As investigações evoluíram e mensagens de seu celular desbloqueado pela polícia, com autorização judicial, mostraram seu envolvimento no desvio de joias saídas, a mando de Bolsonaro, apresentadas em viagens oficiais e que, posteriormente, foram vendidas por Cid nos Estados Unidos.

# Alckmin anuncia R\$ 741 milhões para áreas atingidas por ciclone

Vice-presidente liderou comitiva do governo federal às regiões afetadas no Rio Grande do Sul. Ao menos 46 pessoas morreram e mais de 5 mil estão desabrigadas

O vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), anunciou neste domingo (10) que o governo federal destinará R\$ 741 milhões em recursos para as regiões afetadas pelas chuvas provocadas pelo ciclone extratropical no Rio Grande do Sul.

Alckmin, que ocupa a Presidência da República enquanto Lula está na Índia para a reunião do G20, desembarcou no Rio Grande do Sul na manhã deste domingo (10), onde visitou as áreas atingidas pelo ciclone extratropical. Ele foi acompanhado por uma comitiva formada por ministros e secretários, sendo recebido pelo governador Eduardo Leite (PSDB).

Neste domingo, a Defesa Civil do Rio Grande do Sul informou que subiu para 43 o número de mortos após as fortes chuvas que atingiram a região Sul do país nos últimos dias.

Alckmin sobrevoou os municípios do Vale do Taquari, área que concentra os maiores estragos, e afirmou que o desastre natural que atingiu o Rio Grande do Sul será prioridade máxima do governo a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “O presidente Lula nos orientou para [dar] prioridade absoluta, prioridade máxima nesta parceria com a população e com a região”, afirmou Alckmin.

Acompanham o presidente em exercício na visita ao Rio Grande do Sul os ministros José Múcio (Defesa), Nísia Trindade (Saúde), Marina Silva (Meio Ambiente), Waldemar Góes (Desenvolvimento Regional), Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Jader Filho (Cidades) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação da Presidência).

O ministério que mais destinará recursos às áreas afetadas é das Cidades, que custeará a construção de moradias na região com R\$ 195 milhões. Em seguida vem o da Integração, que gastará R\$ 185 milhões para dar ajuda humanitária e ajudar na reconstrução dos municípios atingidos pelas chuvas.

Em coletiva de imprensa em Lajeado, no campus da Universidade do Vale do Taquari (Univates), ao lado do governador do estado, Eduardo Leite, de dezenas de prefeitos, de empresários gaúchos, Alckmin listou as prioridades da recuperação das áreas afetadas.

“Temos três desafios aqui. O primeiro era salvar vidas; buscar pessoas. Continua o trabalho hospitalar, de saúde.

O segundo é reconstruir as cidades. Visitamos vários municípios. E impressionante a violência das águas. A terceira é a economia. Salvar o emprego. Recuperar a economia. Encaminhar projetos”, listou Geraldo Alckmin.

Durante a comitiva, Leite destacou ainda que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul liberou cerca de 1 bilhão de reais em créditos para a agricultura familiar, além de sinalizar que o vice-governador do Estado, Gabriel Souza, estará por tempo indeterminado no Vale do Taquari para acompanhar os trabalhos de reestruturação dos municípios.

## AÇÕES

Entre outras ações, o governo também falou em reconstruir as unidades básicas de saúde (UBS) da região, reconstruir uma ponte da BR-116 sobre o Rio das Antas e liberar um auxílio de R\$ 800 por pessoa, em duas parcelas de R\$ 400, para os municípios afetados.

Alckmin anunciou ainda que a pasta da Comunicação Social, em conjunto com a Telebrás, atuou para reestabelecer a telefonia na região, transferindo 13 terminais de satélite.

O estado tem ainda 3.798 pessoas desabrigadas, além de 11.642 desalojados. Cerca de 150.341 pessoas foram afetadas pelo desastre.

Além das 46 mortes no Rio Grande do Sul, o estado de Santa Catarina registrou uma morte durante a passagem do ciclone pela região.

## LULA FALA SOBRE CICLONE NO G20

Na madrugada deste domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) falou sobre o ciclone que atingiu o Rio Grande do Sul e deixou dezenas de mortos e desaparecidos e chamou atenção para as mudanças climáticas e a preservação da natureza no discurso de encerramento da cúpula do G20.

“Essa semana, há três dias, no meu Brasil, um ciclone, no estado do Rio Grande do Sul — nunca havia tido ciclone —, matou 46 pessoas, quase 50 pessoas desaparecidas. Isso nos chama atenção, porque fenômenos como esse têm acontecido nos mais diferentes lugares do nosso planeta”, disse, destacando que a natureza “demonstra que precisamos cuidar dela com muito mais carinho”.

As ações listadas pelo presidente em exercício são resultado de uma atuação integrada de vários ministérios.

## Embraer já recebeu encomendas para 2,8 mil carros voadores eVTOL

Um ranking internacional sobre as encomendas de carros voadores, chamados eVTOLs, uma sigla em inglês para “veículo elétrico de pouso de decolagem vertical”, aponta que os veículos da empresa brasileira Embraer lideram com sobra o interesse do mercado.

De acordo com o Índice de Realidade de Mobilidade Aérea Avançada (AAM Reality Index), da SMG Consulting, a Eve, subsidiária da Embraer, acumula 2.850 pedidos pelos eVTOLs.

O número é exatamente o dobro do número de pedidos da Vertical Aerospace, empresa britânica que acumula 1.425 pedidos em andamento. A empresa chinesa Ehang aparece em terceiro lugar, com 1.256 encomendas de carros voadores.

A lista feita pela SMG também mostra o ranking das empresas com ‘pedidos firmes’, ou seja, aqueles pedidos onde a venda já está confirmada. Nesse quesito, a Embraer está zerada e vê concorrentes como a Beta Technologies, dos Estados Unidos, liderar o quesito, com 184 pedidos firmes. A chinesa Ehang aparece em segundo, com 169 pedidos firmes.

A previsão do primeiro voo do eVTOL da Embraer, segundo a consultoria, está previsto para 2024, mas o veículo deve estar em funcionamento pleno a partir de 2026.



Segundo Alckmin, prioridades são salvar vidas, reconstruir cidades e economia

## Tarcísio recua de orientação para expulsar os estudantes das escolas de São Paulo

O governo paulista de Tarcísio de Freitas (Republicanos) voltou atrás e mudou mais uma vez as normas para exclusão de alunos do sistema. A medida anula a determinação de Renato Feder de cancelar a matrícula de estudantes com 15 faltas consecutivas.

A nova resolução publicada nesta quarta-feira (6) determina o início de medidas de busca ativa a partir do terceiro dia de ausências não justificadas. E com imediato acompanhamento da rede de proteção de crianças e adolescentes.

A nova regra é completamente diferente da resolução estabelecida em julho, que orientava os diretores de escola a classificarem às 15 faltas como “Não Comparecimento” (NCOM).

Com isso, a inscrição do aluno no sistema poderia ser cancelada automaticamente, fazendo com que ele voltasse à fila de regulação da pasta, caso desejasse terminar o ano letivo.

Agora, a determinação da Secretaria de Estado da Educação é a de exaurir todas as possibilidades de retorno do aluno, antes de excluí-lo da escola, conforme defendido por educadores.

A pasta ordena, por exemplo, realização de campanhas de conscientização de pais e estudantes, palestras visando o fortalecimento dos laços entre a comunidade e a unidade escolar, atualização cadastral dos alunos a cada dois meses e acompanhamento direto pelo diretor da escola de alunos com risco de evasão.



Nova resolução determina a busca ativa dos alunos que tiverem faltas consecutivas

Em mais um recuo do secretário de Educação, Renato Feder, a pasta agora lista de forma clara quais são os procedimentos da chamada busca ativa.

De acordo com o texto de hoje, cabe ao diretor da escola tomar as medidas necessárias para recuperar o aluno. Ele deverá, por exemplo, procurar os pais do aluno que tenha mais de três faltas por diversos meios: contato telefônico, email, contato por aplicativos de mensagens e carta registrada. Também terá de convocar os responsáveis para reunião acerca do risco de evasão e suas consequências.

“Deverão ser realizadas, no mínimo, duas notificações formais aos pais ou responsáveis, com intervalo de 5 dias úteis cada”, diz a nova resolução.

O texto de hoje ainda abre brecha para que a escola classifique as ausências do aluno como NCOM, mas não determina prazo para isso e relaciona essa condição à eventual autorização do Conselho Tutelar.

## EXONERAÇÃO

Nesta quarta, o coordenador pedagógico da Secretaria da Educação de São Paulo, Renato Câmara Nunes Dias, foi exonerado do cargo após a divulgação de erros contidos no material didático digital fornecido aos estudantes da rede estadual de ensino.

Renato Dias era tido como o “número 2” de Renato Feder, secretário que ocupa a pasta da Educação desde o início deste ano.

Na semana passada, três trechos do conteúdo didático, expuseram erros nas disciplinas de história e biologia. “A proibição do uso de biquínis foi adotada por Jânio Quadros em 1961, quando ele era prefeito de São Paulo. Ele emitiu um decreto vetando o uso de biquínis nas praias da cidade. A justificativa de Quadros era que o traje de banho seria uma afronta à moral e aos bons costumes. Esse impedimento também causou grande repercussão na época e gerou protestos de mulheres.”



Heloisa dos Santos Silva, de 3 anos, foi baleada na Baixada

## Caso de menina baleada em abordagem da PRF no Rio deve ser apurado, afirma Ministério Público

O ministro da Justiça, Flávio Dino, cobrou esclarecimentos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) sobre a abordagem de agentes da corporação que terminou com uma criança de três anos baleada, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na noite da última quinta-feira (7).

Em uma postagem em uma de suas redes sociais, o ministro classificou a ocorrência como uma “tragédia”. Flávio Dino disse ainda que a PRF terá que acelerar a “revisão da doutrina policial e manuais de procedimentos”.

“Sobre a tragédia com uma criança de 3 anos no Rio de Janeiro, já solicitei esclarecimentos e providências aos órgãos de direção da PRF naquele Estado. Estou aguardando a resposta, que será comunicada imediatamente”, escreveu Flávio Dino.

“Mande acelerar a revisão da doutrina policial e manuais de procedimento na PRF, como já havia determinado quando da demissão dos policiais do caso Genivaldo, em Sergipe. Outras medidas serão informadas em breve”, concluiu.

Heloisa dos Santos Silva, de 3 anos, foi baleada quando passava pelo Arco Metropolitano, em Seropédica, na Baixada Fluminense. Ela foi socorrida para o Hospital Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, onde passou por uma cirurgia. Segundo a unidade de saúde, a criança está internada no CTI e seu estado é grave.

A criança estava no carro com os pais, a irmã de 8 anos, e a tia, quando disparos foram efetuados contra o veículo. Os parentes dizem que os tiros partiram de agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Segundo o pai, William Silva, que dirigia o veículo, ele passou pelo posto da PRF e não foi abordado em nenhum momento, mas percebeu que uma viatura da polícia passou a segui-lo e ficou muito próximo ao seu carro.

“A Polícia Rodoviária Federal estava parada ali no momento em que a gente passou. A gente passou e eles vieram atrás. Ai eu falei: bom, tudo bem, eles não sinalizaram para parar. E aí, como eles estavam muito perto, eu dei seta e, neste momento, quando meu carro já estava quase parado, eles começaram a efetuar os disparos”, explicou William Silva, pai de Heloisa.

Ainda segundo William, a reação dele foi sair o mais rápido possível do carro para os policiais verem que se tratava de uma família. “Eu coloquei a mão para o alto, saiu todo mundo, só a minha menorzinha que ficou dentro do carro. Ai foi a hora que eu entrei em choque, em desespero”, lamentou.

Em nota, a PRF informou que os policiais envolvidos foram afastados de suas funções de forma preventiva até que o caso seja apurado pela corregedoria da corporação. O carro dirigido por William era roubado. O motorista e pai da criança disse que comprou o veículo recentemente e que não sabia que estava em situação irregular.

## TIRO ACERTOU COLUNA E CABEÇA

A família de Heloisa informou que um dos tiros acertou a coluna e a cabeça da criança. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, ela chegou à unidade com baixo nível de consciência, foi sedada e entubada. Após a realização de exames de imagem, ela passou por uma cirurgia de risco na madrugada desta sexta-feira (8).

“Não tem previsão de alta. Ela está desacordada e vai ficar pelas próximas 48 horas”, disse William, ressaltando que dirigia na velocidade adequada para o Arco Metropolitano quando os disparos foram efetuados.

A família mora em Petrópolis e foi passar o feriado em Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio, com os parentes. Eles estavam voltando para casa quando o carro foi alvo do ataque.

Em nota, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que a corregedoria da corporação vai apurar as circunstâncias da ocorrência no Arco Metropolitano, por volta das 21h de quinta-feira. A força de segurança disse que “solidariza-se com os familiares da vítima”.

“As circunstâncias estão em apuração pela Corregedoria da PRF. A instituição colabora com as investigações da polícia judiciária para o esclarecimento dos fatos. Os policiais envolvidos foram preventivamente afastados das funções operacionais, inclusive para atendimento e avaliação psicológica”, dizia a nota.

“A PRF expressa seu mais profundo pesar e solidariza-se com os familiares da vítima, assim como está em contato para prestar apoio institucional”.

## Salles mentiu para PF sobre participação em reunião com madeireiros, afirma MPF

O ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles mentiu em depoimento ao negar participação em encontro com madeireiros, afirma o Ministério Público Federal (MPF). Salles é investigado no inquérito da operação Akuanduba, que tramita há cerca de dois anos.

Ele prestou dois depoimentos às vésperas do fim do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro: um ao MPF e outro à Polícia Federal. A PF, ele disse que não participou do encontro, mas o Ministério Público acredita que ele mentiu sobre o episódio e esteve, sim, com os madeireiros. A informação foi publicada pelo Metrôpoles.

Salles, que hoje é deputado federal pelo PL de São Paulo, disse à PF que “acabou não participando do encontro” e “sequer ficou sabendo do que foi tratado”, em versão sustentada no relatório da investigação apresentado pelos policiais

aos procuradores.

Já o MPF afirma que o ex-ministro mentiu sobre o episódio e esteve, sim, no evento e por isso os procuradores buscaram outro depoimento, o de Olivaldi Alves Borges Azevedo, tenente-coronel da Polícia Militar Ambiental de São Paulo.

Ele foi recrutado por Salles para o ministério para compor a diretoria de proteção ambiental do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e é réu ao lado do ex-ministro. Segundo o MPF, “o depoimento de Olivaldi revela que Ricardo Salles não disse a verdade”.

Ao ser ouvido, o tenente-coronel disse que chegou ao ministério no dia 6 de fevereiro (de 2020) e que a reunião com madeireiros já havia acontecido. Ele relatou que encontrou Salles “de saída” e que o então ministro teria “conhecimento do assunto da reunião”.

Afirmou também que Salles ainda teria conversado com um interlocutor sobre manobras para solucionar as demandas dos madeireiros.

A participação de Salles no evento é peça-chave para a polícia investigar se ele teve participação em organização criminosa envolvida com a exportação ilegal de ipês e jatobás. Procuradores querem descobrir se ele liberou cargas retidas nos Estados Unidos. Seu depoimento foi prestado ao delegado Alexandre Almeida Ferreira, o quarto a assumir o caso, na sede da PF de Altamira, no interior do Pará.

Nas mais de quatro mil páginas do inquérito, o contexto do encontro entre o “homem da boiada” e os contrabandistas de madeira, peça-chave do caso, foi investigado superficialmente e esclarecido em uma versão pouco convincente somente no dia 6 de dezembro de 2022, dez dias antes de encerrada a apuração.

## Diogo Santos: “investimento público não é concorrente do investimento privado”

O economista Diogo Santos considera que “foi o regime macroeconômico vigente no Brasil um dos maiores obstáculos para o sucesso da política industrial nos governos Lula I e II e no governo Dilma”. Com êxitos variados, aquela experiência deixou aprendizados, mas não conseguiu reverter a tendência de regressão da estrutura produtiva do país.

Diogo falou sobre a indústria nacional durante o encontro de sindicalistas no dia 5 de setembro, via teleconferência. Para ele, “é preciso corrigir o erro dos governos anteriores em conceber o investimento público e privado como concorrentes”.

Diogo Santos é economista. Mestre e doutorando em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É economista do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) da UFMG. É membro da Fundação Maurício Grabois.

A apresentação de Diogo baseou-se na Nota Técnica sobre política industrial elaborada para a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

“O pressuposto equivocado de que o aumento do gasto público provoca uma redução do investimento privado gerou um regime fiscal que, ao contrário de servir para retirar o país da crise econômica, aprofundava a própria crise”, afirmou.

Para o economista, “a indústria de transformação em geral, esteve aquém do desempenho médio da economia. No núcleo da erosão dessas bases se encontra a regressão produtiva vivida pelo país há mais de três décadas”.

A exposição foi uma síntese do texto de sua autoria “Política Industrial a Serviço de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil”. No texto, considera que o Teto de Gastos significou uma profunda alteração na capacidade do Estado atuar a favor do crescimento econômico. “A rigidez dessa regra de gasto público, direcionada exclusivamente para a geração de caixa para pagamento de juros da dívida pública, em um país em que já existem três outras regras fiscais (Regra de ouro, Lei de responsabilidade fiscal e Regra de superávit primário), concedeu à burguesia financeira um nível de controle sobre o orçamento público sem paralelo no mundo”.

O economista avaliou que “a grande conquista da aprovação da nova regra fiscal, chamada Novo Arcabouço Fiscal foi retirar a antiga regra, o Teto de Gastos da Constituição, podendo agora ser revista democraticamente. Trata-se do espaço para o crescimento do investimento público.

### EMPRESA NACIONAL

Ele considera que o sistema de crédito é uma alavanca imprescindível para o crescimento industrial do país. E que, nesse sentido, “o desmonte do BNDES com o fim da taxa de juros cobrada pelo banco abaixo das taxas de mercado (TJLP), era um modo encurtado de contornar as elevadas taxas de juros”.

A segunda observação é que deve-se também rever a revogação do artigo 171 da Constituição que define o conceito de empresa brasileira de capital nacional. Este artigo garantia ao Estado brasileiro o poder realizar políticas de fomento exclusivamente para empresas de controle totalmente nacional. O artigo 171 foi revogado pela emenda constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995, portanto “durante o período da fracassada tentativa de realizar uma modernização produtiva baseada no desmonte dos instrumentos estatais de indução do desenvolvimento nacional”. Diogo citou também que deve-se garantir que no acordo Mercosul-União Europeia, o Brasil não perca soberania para a utilização das compras públicas como instrumento de indução da nova industrialização.

### PRIVATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO

Diogo considera que as mudanças trazidas pela lei 13.429/2017, que ampliaram a possibilidade de terceirização e a lei 13.467/2017, conhecida como reforma trabalhista, significaram “uma ampliação do controle privado dos capitalistas sobre as relações entre estes e a classe trabalhadora e uma redução da regulação pública destas relações conquistadas no Brasil ao longo do século 20”. Disse que “a justificativa principal do setor empresarial e de economistas liberais era de que o crescimento dos salários a partir de meados dos anos 2000 estava na raiz da queda da lucratividade das empresas. Mas, para o economista eram “mais relevantes o aumento da concorrência com produtos importados, após a crise de 2008 e a elevação do endividamento das empresas, em especial aquelas com maiores volumes de dívidas em moedas estrangeiras”.

Afirmou que as reformas trabalhistas facilitaram as demissões de trabalhadores e também as contratações em condições salariais piores com o objetivo de reduzir custos de produção. “Acontece que além de custos, os salários dos trabalhadores são a principal fonte de demanda para a produção de bens de consumo. Por conta disso, a sustentação dos níveis de emprego em momentos de desaceleração econômica é um fator que contribui para evitar que a economia caia ainda mais, uma vez que os trabalhadores empregados sustentam a demanda por consumo. Porém, ao facilitar as demissões, as reformas trabalhistas quebram essa proteção da economia contra as recessões”, argumentou o palestrista.

### MOBILIZAÇÃO

Para Diogo, “a política industrial, para ter êxito duradouro, deve ser elaborada como núcleo de uma estratégia nacional de desenvolvimento”, vale dizer, “a política industrial deve explicitamente ter como objetivo a transformação social e redução da grave desigualdade socioeconômica existente no país”. “A política industrial, mais do que um fim em si mesma, deverá ser na atualidade um instrumento a serviço da recomposição das condições socioeconômicas necessárias para a consolidação da nação brasileira na direção da transformação da vida do povo”. Diogo defende a “uma forte base social de sustentação a uma política de industrialização”. Para ele “é o elemento decisivo”.

# ‘Água e transporte não podem ficar sujeitos aos interesses do mercado’



## Sindicatos e movimentos sociais unificam ação contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM

Nesta terça-feira (5), foi lançado o plebiscito contra a privatização da Sabesp, do Metrô e da CPTM, reunindo centenas de pessoas na quadra do Sindicato dos Bancários, no centro da capital paulista. A campanha é encabeçada pelos sindicatos dos trabalhadores da Sabesp, dos metroviários e dos ferroviários. O ato com a participação de parlamentares, das centrais sindicais e diversas entidades do movimento social.

Em sua saudação, José Faggian, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp (Sintaema), destacou a importância da amplitude do ato para defender as riquezas construídas pelo povo paulista, agora atacadas pelo carioca Tarcísio de Freitas. “Estamos aqui reunidos com um grande número de lutadores de São Paulo, e assim tem que ser. Não é possível que a gente permita que um forasteiro entregue a riqueza e as empresas importantes que o povo de São Paulo construiu. Hoje nós temos no estado de São Paulo um debate sobre o modelo dos serviços públicos essenciais”, ressaltou.

“Esse governador, que veio para nosso estado apenas para fazer campanha para Bolsonaro e acabou eleito, tem uma visão radical de Estado mínimo e está implementando um projeto que contempla os interesses de quem o ajudou a se eleger, de quem patrocinou sua campanha. Esse projeto não é do interesse dos trabalhadores e da população”.

O presidente do Sintaema enfatizou que a Sabesp cumpre um importante papel social. “Nós temos uma empresa como a Sabesp, que presta um serviço essencial à Saúde

pública, que presta um serviço de excelência, uma empresa lucrativa e um patrimônio do povo paulista que tem um papel social no estado.”

“Só na capital de São Paulo atende mais de 4.600 famílias com tarifa social, que faz a política de subsídio cruzado, que permite que 310 dos 370 dos municípios operados pela empresa já tenham seus serviços universalizados. Não podemos permitir que esse governador entre numa empresa como essa. Sabemos que quem precisa dessas empresas é o povo trabalhador, nós sabemos que, se privatizar, o serviço vai piorar e a população será prejudicada. A privatização é um problema para todo o povo de São Paulo. No saneamento, ainda sequestra o direito das Prefeituras e das Câmaras Municipais de decidir o rumo de seu saneamento”, completou Faggian.

A presidente do Sindicato dos Metroviários, Camila Lisboa, afirmou que o objetivo do governador Tarcísio com as privatizações é transformar as empresas construídas com o suor do povo em fonte de lucro para meia dúzia de empresários. “Esse é um plano muito grave, agressivo e que está nos deixando muito angustiados. Na semana passada os metroviários ficaram impactados com a fala do Tarcísio em Guarulhos sobre o plano de privatização do Metrô. Assim como sei que o pessoal da ferrovia está preocupado com o leilão da linha 7, que está marcado. Assim como o pessoal da Sabesp está angustiado com o governador falando a todo momento que quer privatizá-la.”

Camila enfatizou que o discurso da eficiência dos privatistas, defendido pelo governador

Tarcísio, é falacioso e não se sustenta. “O que está em jogo são direitos básicos da população. Porque a privatização da água, do transporte, significa piorar a vida do povo pobre, do povo da periferia, do povo trabalhador. Significa aumentar a tarifa, significa o caos que já está acontecendo nas linhas 8 [Diamante] e 9 [Lilás]. Quando essas linhas eram públicas, eram da CPTM, funcionavam melhor. Quando a linha 5 era pública, funcionava melhor porque a lógica que fazia essas linhas funcionarem era a do serviço público”, lembrou.

“O que Tarcísio quer é transformar essas linhas num caos, porque ele não está nem aí para o povo do Grajaú que tem que andar nos trilhos quando o trem para, com o pessoal de Itapevi que tem que andar com a porta aberta. Não está nem aí para o preço da tarifa e se privatizar todas as linhas de trem e metrô, não tenham dúvidas, vai aumentar a tarifa e vai tirar o direito do povo de se deslocar na maior cidade do país”.

O presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, Eluiz Alves de Matos, que representa os trabalhadores da CPTM, afirmou que “nós vamos mostrar para esse governo privatista que a população de São Paulo não aceita a privatização de serviços essenciais. Faremos uma grande paralisação, dentro já do próximo mês de outubro. Desde que o esse governo publicou o edital de privatização da linha 7 [Rubi], nós estamos visitando todas as Prefeituras que fazem parte da base dos ferroviários, buscando apoio político contra essa absurda privatização do transporte”.

Presidente do Sindicato dos Engenheiros de SP repudiou projeto privatizante de Tarcísio

A campanha contra a privatização do saneamento e do transporte no estado de São Paulo alcançou uma nova etapa nesta semana com o lançamento do Plebiscito Contra a Privatização da Sabesp, Metrô e CPTM, organizado pelos sindicatos dos funcionários das empresas, com apoio das centrais sindicais e entidades do movimento social e político brasileiro.

Expondo a importância de se garantir o controle estatal desses setores, o presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo (Seesp), Murilo Pinheiro, divulgou artigo em que enfatiza que “fornecer água potável, realizar coleta e tratamento de esgoto, destinação correta de resíduos e assegurar drenagem urbana, assim como garantir o direito de ir e vir, são tarefas eminentemente públicas, que implicam subsídios àqueles com menor poder aquisitivo”.

Para Murilo, “evidentemente cruciais à vida das pessoas, tais deveres não podem, em hipótese alguma, ficar sujeitos ao sabor dos interesses do mercado”.

Leia, a seguir, o texto na íntegra:

### Em defesa do bem-estar da população

Privatização pretendida nos setores de saneamento e transporte urbano prejudicará a população e não trará crescimento econômico. Estado deve estimular investimentos privados no setor produtivo, não entregar a infraestrutura essencial ao mercado.

Aconteceu na terça-feira (5/9), na Quadra dos Bancários, em São Paulo, o lançamento do plebiscito que pretende dar à população de São Paulo a oportunidade de se manifestar contra a privatização de empresas essenciais como Sabesp, CPTM e Metrô, todas na mira do governo estadual para serem vendidas.

Convocada pelos sindicatos dos trabalhadores dessas companhias, a iniciativa tem também o apoio do SEESP, tendo em vista a importância estratégica de evitar que a sociedade perca o controle desses que são instrumentos essenciais de bem-estar público e desenvolvimento do Estado.

Os governantes precisam compreender que têm a função de atender aos cidadãos da melhor forma possível, cumprindo a obrigação básica de prover serviços públicos essenciais de qualidade e com modicidade tarifária. As

experiências malfadadas das últimas décadas, no Brasil e no mundo, mostram que a desestatização por simples crença dogmática no ultraliberalismo não é solução. Pelo contrário, acaba por gerar graves problemas.

Fornecer água potável, realizar coleta e tratamento de esgoto, destinação correta de resíduos e assegurar drenagem urbana, assim como garantir o direito de ir e vir, são tarefas eminentemente públicas, que implicam subsídios àqueles com menor poder aquisitivo. Ou seja, fogem do escopo da iniciativa privada que, obviamente, busca o lucro em suas operações. Evidentemente cruciais à vida das pessoas, tais deveres não podem, em hipótese alguma, ficar sujeitos ao sabor dos interesses do mercado.

Integrando a mobilização contra essa ameaça de desestatização sem sentido, a consulta popular é excelente oportunidade para que a sociedade saiba o que está em jogo e possa se manifestar de forma a impedir que o governo cometa tal equívoco, que certamente custará caro a todos nós.

O Brasil tem um longo caminho pela frente para se tornar um país desenvolvido, com renda média adequada e inserido de forma soberana na globalização. E nessa meta há papel decisivo a ser cumprido pelo empresariado, que deve contribuir para o avanço dos vários setores econômicos, com destaque para a recuperação da nossa indústria, precocemente encolhida. Ao Estado cabe criar as condições para que tais investimentos aconteçam e estimulá-los com ações empreendedoras. Isso não significa, em hipótese alguma, desfazer-se da infraestrutura de atendimento essencial à população.

Conforme enfatiza a mais nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, intitulada “Hora de avançar – Propostas para uma nação soberana, próspera e com justiça social”, aspecto imprescindível a merecer a atenção do governo, em todas as instâncias, é a demanda urgente por melhoria das condições de vida, combatendo a precariedade urbana e, claro, a fome e a miséria. É missão do gestor público trabalhar para esse fim, não lavar as mãos e se omitir, terceirizando suas responsabilidades.

Engenheiro Murilo Pinheiro  
Presidente do Seesp

## Parlamentares debatem fortalecimento dos Correios como empresa pública

No último dia 5, foi relançada no plenário da Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios. Com a presença de lideranças políticas e sindicais, o evento debateu o futuro da estatal após os últimos quatro anos em que os Correios esteve sob ameaça de privatização e sofreu com o desmonte promovido pela gestão Bolsonaro.

“É fundamental que nos empenhemos na reconstrução e fortalecimento dos Correios como um serviço essencial para o Brasil. Precisamos melhorar a imagem da empresa perante a população e assegurar que os direitos dos trabalhadores sejam preservados”, afirmou o presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (FINDECT), José Aparecido Gandara.

José Aparecido destacou que a Federação, os diversos sindicatos regionais dos trabalhadores dos Correios, centrais como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (STIU-DF), entre outras

lideranças ali presentes, “estão comprometidos em trabalhar em conjunto com parlamentares, e outros atores interessados em garantir um futuro sólido e promissor para os Correios, assegurando que continue a ser uma estatal essencial para toda a população”.

O evento foi presidido pelo deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), que reassumiu a coordenação da Frente.

O deputado reforçou seu compromisso com a preservação dos Correios como um serviço público de excelência e essencial para toda a população, e destacou “a importância da participação dos trabalhadores e da nova direção dos Correios, liderada por Fabiano Silva, para o progresso dos projetos relevantes em tramitação na Câmara dos Deputados e para o desenvolvimento de um novo projeto de governo e país”.

As lideranças sindicais ressaltaram a necessidade de fortalecer o monopólio dos Correios e garantir a sobrevivência da empresa, além de ampliação dos direitos dos trabalhadores, como a instituição de um plano de saúde sólido, entre outros.





## Erdogan é recebido por Putin em Sochi Putin e Erdogan avançam na desdolarização e em centro conjunto de distribuição de gás

Nos últimos anos, particularmente após a tentativa de golpe em 2016 (e, diz-se, de assassinato) contra Erdogan, em que houve nitidas pegadas de aquilamento pelos EUA, a Turquia e a Rússia – uma, parte da Otan e a outra seu principal alvo – desenvolveram relações de intercâmbio e cooperação, cuja expressão mais óbvia foi o fornecimento, por Moscou, do sistema antiaéreo S-400 à Turquia. Neste caso a Turquia manteve o pedido de compra apesar da contrariedade de Washington. Mesmo em áreas onde as políticas de cada lado não eram exatamente próximas – como na Síria, Líbia e Cáucaso –, Moscou e Ancara avançaram para adotar uma atitude de busca das convergências possíveis.

Como registrou o portal Sputnik, que cita o conhecido especialista em relações internacionais Gilbert Doctorow, “foi muito importante que as partes tivessem esta primeira reunião pessoal desde a reeleição de Erdogan”. “A chegada de Erdogan com uma delegação empresarial e a conversa sobre a continuação de grandes projetos, incluindo o centro de gás e um segundo reator nuclear, são por si só importantes.”

Para o cientista político russo Dmitry Evstafiev, a reunião de Sochi demonstrou claramente que a Rússia é “um ator global construtivo” e que as relações Rússia-Turquia seguem “no mais alto nível político”.

### DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

Uma das questões centrais da reunião Putin-Erdogan foi o avanço das negociações para a criação de um centro de gás russo-turco, que irá potencializar a utilização do gasoduto Turkstream. Projeto que é da maior importância para a Turquia e que, para a Europa, é urgente, dado que o corredor ucraniano de transporte de gás pode estar vivendo seus últimos meses, como ameaça o regime de Kiev, e os gasodutos Nord Stream foram destruídos por uma operação encoberta no Mar Báltico, atribuída pelo respeitado jornalista norte-americano Seymour Hersh ao governo Biden.

“Um centro de gás russo na Turquia aumentaria o papel de Ancara e o prestígio de Erdogan. As repercussões econômicas e financeiras seriam uma grande ajuda para a economia europeia, em particular para a alemã e italiana”, disse à Sputnik Tiberio Graziani, presidente da consultoria Vision & Global Trends – International.

Ali Demirdas, analista político e colaborador da revista norte-americana The National Interest, partilha a posição de Graziani em relação à importância do centro para os europeus: “A Europa, especialmente a Alemanha, está morrendo de vontade de ter acesso a gás barato, especialmente depois da sabotagem no Nord Stream”, disse ele. “As repercussões disto são tão grandes que, como a Alemanha perdeu gás russo barato, a sua economia e a União Europeia em geral mergulharam numa recessão”.

“Nas nossas conversações com Putin, discutimos o setor energético sob várias perspectivas”, afirmou Erdogan, registrando que o centro de gás garantiria o fornecimento de energia russa ao mercado global e ajudaria a controlar os preços do gás. Para isso, ele anunciou, Ancara já está estabelecendo as infraestruturas e instalações necessárias e planeja agora criar um centro financeiro dedicado à exportação de gás natural.

“Temos planos para criar um centro para financiar projetos relacionados com o fornecimento de gás natural, seguindo o exemplo de centros semelhantes que existem em Londres e Hamburgo... Planejamos criar tal centro não só para gás natural, mas também para [outros tipos de] energia e o setor mineiro”, afirmou Erdogan.

A proposta, que partira de Putin, de um centro de distribuição de gás russo baseado na Turquia, acoplado a uma bolsa de negociação eletrônica, visa, ao estabelecer um local de determinação do preço final do gás para os consumidores europeus fora do controle dos especuladores baseados em Washington e Londres, evitar a “politização” do fornecimento de energia.

De acordo com Erdogan, o centro russo-turco permitirá exportar 40 bilhões de metros cúbicos de gás natural por ano a partir de 2024. Segundo ele, o centro terá um impacto positivo nos custos globais de energia, ajudará a garantir o abastecimento interno de gás da Turquia e, eventualmente, transformará o país num novo “centro energético global”.

Outro sinal do avanço das relações russo-turcas foi a discussão sobre uma segunda usina nuclear, projetada e fornecida pela estatal russa Rosatom, a ser erguida em Sinop, no Mar Negro. “Discutimos a construção de uma segunda central nuclear com o meu querido amigo [Putin]. Com este passo, a Turquia irá, sem dúvida, abrir novos caminhos”, disse Erdogan.

A primeira usina nuclear da Turquia está em construção em Akkuyu, na província de Mersin, compreendendo quatro reatores russos de 1.200 MW, que deverá gerar 10% da eletricidade do país quando concluído, sob um acordo assinado em 2010. O projeto, financiamento e operação e da estatal russa de energia nuclear Rosatom, com o lado turco tendo a opção de adquirir 49% do controle.

Os trabalhos no local tiveram início em 2015. A construção da primeira unidade de Akkuyu começou em março de 2018. A construção da segunda unidade começou em 2020. Em abril de 2023 – no centenário da fundação da Turquia moderna – foi realizada, em uma cerimônia solene, a entrega do primeiro lote de combustível nuclear para a usina nuclear de Akkuyu.

### DESOLARIZAÇÃO

Após a reunião de Sochi, o presidente Putin anunciou que a Rússia e a Turquia estavam abandonando a utilização de dólares e euros nos seus acordos bilaterais. Decisão que converge para o consenso obtido na 15ª Cúpula dos BRICS, de mudança para moedas nacionais e sistemas de pagamentos nacionais para proteger as suas economias das sanções e do assédio financeiro de Washington.

Na cimeira, Putin e Erdogan também anunciaram que o comércio bilateral será aumentado para o equivalente a US\$ 100 bilhões.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopoovo.com.br](http://www.horadopoovo.com.br)

# Donbass comemora 80 anos da libertação dos invasores nazistas



Soldados soviéticos celebram o fim da Grande Guerra Patriótica com vitória

## Deputada alemã adverte que sanções contra Rússia levam à desindustrialização do país

A deputada opositora alemã Sahra Wagenknecht, do partido A Esquerda, reiterou sua rejeição ao envio de armas ao regime de Kiev e às sanções contra a Rússia, assinalando que “é tudo menos racional esperar que os conflitos e as guerras possam terminar com um fornecimento interminável de armas”. Ela acrescentou que “não é menos estúpido travar uma guerra econômica contra o nosso mais importante fornecedor de matérias-primas, o que causa enormes danos... a nós mesmos!”. “A economia alemã está encolhendo como em nenhum outro país do G20”, afirmou Sahra. “Supostamente não há dinheiro para gastos sociais ou investimentos significativos – para entregas intermináveis de armas à Ucrânia, existe”, condenou.

“Os elevados preços da energia são um veneno para a nossa indústria, as empresas estão migrando, a economia está encolhendo como em nenhum outro país do G20”, advertiu a deputada no artigo para o jornal ‘Junge Welt’.

Nos últimos três trimestres consecutivos, a Alemanha esteve em recessão em dois e em estagnação no terceiro. “Existe uma ameaça de desindustrialização com graves consequências para o emprego, os salários e a coesão social”, sublinhou.

“Supostamente não há dinheiro para assuntos sociais ou investimentos significativos – para entregas intermináveis de armas à Ucrânia, existe”, acrescentou Wagenknecht, repelindo o acirramento da guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia,



Deputada Wagenknecht: a economia está encolhendo

cometido pelo atual governo encabeçado por Scholz, inteiramente submisso a Washington.

No artigo ela se refere à constatação, feita pela ministra das Relações Exteriores, a verde Annalena Baerbock, de que as sanções econômicas contra a Rússia “não funcionaram”, o que a belicista verde atribuiu ao fato da Rússia supostamente ser uma “autocracia”, onde não se aplica, segundo ela, “a lógica das democracias”.

Wagenknecht reiterou seu questionamento sobre a “ajuda” alemã a Kiev e a escalada de sanções: “o que essa suposta ajuda trouxe, além de uma escalada de violência? O que mais além do aumento da pobreza e da fome, especialmente nos países do Sul?”

“Em vez de continuar a subsidiar a morte e a destruição, é finalmente necessária pressão política para um cessar-fogo”, afirmou Wagenknecht.

E, referindo-se as pressões para arrastar a Alemanha para a guerra comercial e tecnológica dos EUA contra Pequim, a deputada alertou o governo

Em meio à batalha contra os nazistas da atualidade – o regime de Kiev, ‘herdeiro’ do fascista Bandera e agora instrumento da Otan – Rússia celebra a vitória de 1943 no Donbass contra a ocupação dos invasores alemães

Há 80 anos, o Exército Vermelho libertou a cidade de Donetsk, então Stalin, da ocupação nazista alemã, em 8 de setembro de 1943, vitória seguida dois dias depois em Mariupol. Uma data ainda mais simbólica pela circunstância do Donbass ser o palco do confronto atual com o regime neonazi de Kiev, autoproclamado ‘herdeiro’ de Bandera e seus seguidores colaboracionistas, um regime instaurado pelo golpe da CIA em 2014 na Praça Maidan, e agora instrumento na guerra por procuração da OTAN contra a Rússia na Ucrânia.

O presidente russo, Vladimir Putin, dirigiu mensagem à Rússia pelos 80 anos da libertação do jugo nazista do “lendário e invicto Donbass – um reduto centenário da Rússia, uma terra de trabalhadores abnegados e aguerridos, uma região rica e generosa”, assinalando os 700 dias de resistência. A atual luta já dura nove anos.

A Ofensiva do Donbass – operação estratégica do Exército Vermelho durante a Grande Guerra Patriótica – foi conduzida de 13 de agosto a 22 de setembro de 1943, pelas tropas soviéticas das Frentes Sul e Sudoeste, com o objetivo de derrotar o Grupo Sul dos exércitos nazistas, libertar o Donbass e seus principais centros industriais e administrativos, Donetsk e Mariupol, e chegar ao rio Dnieper. Como lembrou Putin, os nazistas fizeram de tudo “para manter para si as estepes de Donetsk, para forçar as pessoas a trabalhar para a máquina de guerra do Terceiro Reich”.

Uma batalha em que os soviéticos lançaram mais de 1 milhão de soldados, 1200 tanques e 1400 aviões, contra 540 mil soldados nazistas, 900 tanques e 1100 aviões alemães. No dia 22, os nazistas foram forçados a bater em retirada para a outra margem do Dnieper, deixando para trás uma terra arrasada: minas inundadas – o Donbass é uma das maiores bacias de carvão do mundo –, fábricas e usinas elétricas explodidas ou drasticamente danificadas.

Durante o tempo em que a fera cruel e cínica – o nazismo – governou o Donbass, “centenas de milhares de guerrilheiros, combatentes clandestinos, civis e crianças foram submetidos à tortura e execução, e poderosas fortificações inimigas foram erguidas em linhas-chave”, rememorou Putin. As margens do Seversky Donets estavam repletas de casamatas e bunkers e muitos quilômetros de campos minados.

“Parecia inimaginavelmente difícil romper tal linha de defesa, mas os soldados do Exército Vermelho completaram esta tarefa, realizaram feitos além das capacidades humanas, percorreram um caminho de heroísmo e sacrifício, consolidando o triunfo das tropas soviéticas no Bólsé de Kursk”.

“Tenho a certeza que há nove anos, nestas fronteiras sagradas para nós, o exemplo dos soldados da Grande Guerra Patriótica conduziu os seus descendentes – as forças populares do Donbass – a aumentar sua coragem e resiliência na nova batalha contra o nazismo; deu aos netos e bisnetos dos vencedores a força para defender a sua terra, a sua cultura, a sua língua, o seu patrimônio”, sublinhou Putin.

### SAUR-MOGILA

O presidente russo salientou a “página especial” que foi a libertação de Saur-Mogila, transformada pelos nazistas em uma cidadela supostamente inexpugnável, mas tomada pelos soldados soviéticos, que resistiram ao nazismo até a morte, “pela verdade, pela justiça, pela liberdade e pelo futuro da nossa Pátria”.

“O memorial Saur-Mogila, destruído durante as batalhas de 2014, foi agora completamente restaurado e, ao lado das imagens dos soldados soviéticos, as façanhas de seus valentes e gloriosos descendentes – os novos heróis de Donbass – estão legitimamente imortalizadas”, acrescentou Putin.

Em 2014, a conquista da colina de Saur-Mogila, das mãos das forças da “expedição punitiva” enviada pelo regime do golpe de Kiev, sacramentou a criação

das republicas populares do Donbass, apesar da destruição do monumento, erguido em 1963. O memorial foi reconstruído e reinaugurado em 8 de setembro do ano passado.

“Esta é toda a nossa Rússia: inteira na sua história, inquebrantável nas suas tradições espirituais, e fiel ao legado e à memória dos seus antepassados. Felicito sinceramente os residentes da República Popular de Donetsk, todos os cidadãos da Rússia, pelo 80º aniversário da libertação de Donbass dos invasores nazistas”.

Após a expulsão das forças punitivas de Kiev, moradores das cidades da região do Donbass votaram em ampla maioria pela reincorporação da região à Federação Russa.

### REPÚDIO A BANDERA

O embaixador da Polónia em Kiev, Bartosz Cichocki, criticou o governo ucraniano por construir monumentos homenageando fascistas responsáveis pelo assassinato de milhares de civis durante a Segunda Guerra Mundial, como Stepan Bandera.

Em entrevista à BBC, Cichocki foi questionado sobre “o que está faltando” para encerrar a discussão sobre casos como o Massacre de Volyn, quando mais de 100 mil civis foram assassinados por grupos ucranianos que se aliaram à Alemanha nazista.

“Você diz que a guerra não é hora de lidar com os mortos. Mas posso responder-lhe: a guerra também não é o momento para erguer monumentos aos criminosos e dar-lhes nomes às ruas”, apontou.

O embaixador explicou que a Polónia tem feito à Ucrânia pedidos para realizar buscas, exumações e novos sepultamentos daqueles que foram assassinados por grupos como a UPA (o denominado Exército Insurgente Ucraniano), mas não tem tido sucesso.

“É errado na nossa cultura cristã quando os entes queridos não podem rezar nos túmulos dos seus antepassados brutalmente assassinados, quando não conseguem encontrá-los e enterrá-los e, ao mesmo tempo, erguer monumentos aos seus assassinos”, afirmou Bartosz Cichocki.

Desde o golpe de 2014, um movimento de revisionismo histórico tem se fortalecido na Ucrânia, focado em converter em heróis aqueles que se aliaram aos nazistas para realizar um genocídio contra populações polonesas.

Diversas estátuas em homenagem a Stepan Bandera e outros membros dos grupos fascistas têm sido erguidas na Ucrânia, especialmente em Kiev e outras cidades na porção ocidental do país, ao mesmo tempo em que livros didáticos foram alterados e outros, que denunciam os crimes dos colaboracionistas, foram banidos.

“Muitas vezes ouço quando um monumento a Stepan Bandera é inaugurado em algum lugar e os poloneses ficam indignados com isso – dizem que são os poloneses que estão espalhando esse assunto. E por que ninguém pergunta a quem abre este monumento por que o faz?”, questionou o embaixador Bartosz Cichocki.

Para ele, “é natural” que se volte a discutir os genocídios que ocorreram na Segunda Guerra Mundial nas datas marcantes, mas ainda mais quando o Estado ucraniano realiza homenagens aos assassinos.

“Quando as celebrações são organizadas na Ucrânia com gastos públicos em homenagem a pessoas ou organizações responsáveis pelas nossas vítimas, então este tema torna-se relevante, e é difícil esperar que os poloneses fiquem quietos sobre isso”, enfatizou.

“Sabem, posso pedir desculpa se derramar o café agora. E quando falamos de cem mil mulheres, crianças, idosos assassinados, não se trata de desculpas, mas de dizer a verdade sobre estas coisas e dar aos descendentes destas pessoas uma coisa simples: a oportunidade de rezar nas suas sepulturas”, continuou.

O embaixador defendeu que a Polónia e a Ucrânia deveriam pensar uma forma de abordar esse problema.

## Padres argentinos fazem missa de desagravo ao Papa e em repúdio aos insultos de Milei

Padres comunitários e de bairros populares da Argentina celebraram missa de desagravo e apoio ao Papa Francisco diante dos “ultrajes” do candidato presidencial fascista Javier Milei, o que chamou de “imbecil” e “jesuíta que promove o comunismo; personagem pouco apresentável e nefasto, e representante do maligno na Terra”.

Com as ruas em torno da igreja lotadas, a missa “em desagravo pelos ultrajes ao papa Francisco na campanha política” com vistas às eleições gerais de 22 de outubro na Argentina foi realizada em um altar construído na favela 21-24, onde fica a paróquia de Nossa Senhora do Milagre de Caacupé, no bairro Barracas, onde o Papa ia aos domingos e nas festas religiosas, quando era o arcebispo de Buenos Aires Jorge Mario Bergoglio.

Além dos moradores, compareceram lideranças políticas, de organizações sociais, sindicatos e autoridades como o ministro da Cultura, Tristán Bauer.

O padre José María Pepe di Paola da Equipe de Padres de Vilas e Bairros Populares da Capital e Província de Buenos Aires, numa entrevista à rádio AM750, afirmou que eram “repudiáveis os ultrajes dirigidos ao Papa Francisco”.



Padres celebram missa em bairro popular de B. Aires

justiça social”.

### DISPARATES DE MILEI

“Falou disparates, porque a justiça social nasce do mandamento do amor. De uma liberdade bem compreendida. Milei rompeu com os valores do Evangelho”, acrescentou Di Paola. “Esta missa é uma reparação por esta cascata de insultos vergonhosos daquele que pretende ser presidente da República”, assinalou.

“O Papa prega a favor de um mundo com amizade social, onde não haja pessoas descartadas ou esquecidas. E é por isso que o Papa muitas vezes recebe ofensas e insultos”, disse Dom Gustavo Carrara, vigário geral da Arquidiocese de Buenos Aires e responsável pela Pastoral das Comunidades da capital.

No final da celebração, foi lida uma declaração, assinada por mais de 70 sacerdotes, na

qual expressaram o “mais forte repúdio às diversas manifestações” que “afetam a pessoa do Papa Francisco”, questionaram as ideias de Milei de encolher o Estado e cortar gastos públicos e salientaram que a ajuda estatal é necessária nos bairros mais pobres.

“Divinizar o mercado leva à desumanização através do esquecimento dos mais frágeis. Se você só acorda os leões, é lógico que comam os cordeiros mais indefesos”, ressaltaram os sacerdotes, aludindo à figura do leão com que se identifica o candidato presidencial da mal denominada coalizão ‘A Liberdade Avança’.

O grupo de sacerdotes questionou “se alguém com este distúrbio emocional” consegue “suportar as tensões do cargo público a que aspira”.



Novo modelo de chip, o Kirin-9000, equipa smartphones 5G da Huawei

## Huawei rompe bloqueio dos EUA e lança celular 5G com chip próprio de 7 nanômetros

A Huawei, que está sob sanções de Washington e proibida de usar chips e tecnologia dos EUA há três anos, anunciou o lançamento de um novo celular 5G com um processador de 7 nanômetros, o Huawei Mate 60 Pro, rompendo o bloqueio imposto à gigante chinesa das telecomunicações.

É “o primeiro processador Kirin de última geração da Huawei desde 2020, depois que o governo dos EUA restringiu as empresas americanas de vender seus produtos ou serviços à Huawei”, registrou a rede de televisão chinesa CGTN no X, ex-Twitter. “A Huawei se liberta do bloqueio tecnológico dos EUA”, comemorou o porta-voz oficioso de Pequim, o Global Times.

O lançamento por pré-venda ocorreu em meio à visita da secretária de Comércio dos EUA, Gina Raimondo, a Pequim, na semana passada, em que ela requeitou o pão bolorento das “razões de segurança nacional” como pretexto da imposição do bloqueio tecnológico à China.

Aliás, um especialista em comércio internacional, Li Yong, entrevistado pelo GT, observou a “coincidência” da “repentina pré-venda” do novo smartphone da Huawei durante a viagem de Raimondo à China. “Como este smartphone sugere, as empresas chinesas inevitavelmente romperão o bloqueio estabelecido pelos EUA. Essa supressão falhou”. O sucesso também foi comemorado nas bolsas na China, com alta entre 8% e 20% das ações de empresas chinesas de fabricação e design de chips.

Segundo análise encomendada pela Bloomberg à TechInsights, o novo smartphone tem um novo chip Kirin 9000 fabricado na China pela Semiconductor Manufacturing International Corp, de 7 nanômetros, usando a tecnologia de empilhamento 3D, que aumenta a densidade de chips.

“É uma declaração muito importante para a China”, disse o vice-presidente da TechInsights, Dan Hutcheson, acrescentando: “Os avanços tecnológicos da SMIC estão em uma trajetória acelerada e parecem ter resolvido problemas que afetam o rendimento em sua tecnologia de 7 nm”.

O Washington Post, por sua vez, destacou convocação, por parte de um dirigente sênior de uma empresa de consultoria da área tecnológica, a “um maior rigor no licenciamento de controle de exportação para fornecedores norte-americanos da Huawei, que continuam a ser capazes de enviar semicondutores básicos que não são usados para aplicações 5G.”

Antes de 2020, a Huawei era líder global na indústria de smartphones, atrás apenas da Samsung, e já tendo ultrapassado a Apple. Seu calcanhar de Aquiles era a dependência de tecnologia e componentes fabricados nos EUA ou produzidos por empresas sob patentes americanas. Até o uso do Android foi proibido. De 19,5% de participação no mercado mundial de smartphones em 2019, a Huawei despencou para cerca de 4% em julho passado – mas segue sendo o maior fornecedor de equipamentos 5G do mundo.

A inclusão da Huawei na chamada “lista negra” do governo Trump foi em 15 de maio de 2019, obrigando os fornecedores dos EUA a pedirem aprovação do Departamento do Comércio para qualquer venda. Um ano depois, veio o bloqueio quase total, com proibição de uso de chips para 5G fabricados nos EUA ou por qualquer fornecedor de outro país que usasse pelo menos 1% de tecnologia norte-americana. Desde então, a Huawei não conseguiu converter o design em chips físicos através de uma linha de produção contendo tecnologia americana. A maioria das linhas de produção de chips com processos avançados no mundo usa em maior ou menor parte tecnologia americana.

Na verdade, a perseguição a Huawei começara ainda em dezembro de 2018, com o pedido de extradição da diretora-financeira, Meng Wanzhou, presa no Canadá ao fazer uma escala de voo, do qual Washington só recuou em 2021.

Como observou o comentarista do GT, e ex-editor-chefe, Hu Xijin, o lançamento do novo celular 5G da Huawei é uma demonstração de que os EUA “não tem como parar o progresso tecnológico da China”, embora possa retardá-lo temporariamente. Os avanços históricos da Huawei “inspiram confiança no setor tecnológico da China”. Quanto aos EUA, pode ser que imponha “sanções ainda mais agressivas contra os chips chineses”. Outra opção – acrescentou – “é os EUA reduzir significativamente as restrições na exportação de tecnologia de semicondutores para a China, dando às empresas norte-americanas uma chance de continuarem competindo com a Huawei no vasto mercado chinês”.

Ludovic Mairin/AFP



O premiê Narendra Modi da Índia durante a plenária da reunião do G20

## Zona do euro estagnou no segundo trimestre e a previsão é de retração no terceiro tri

Sob o “peso sombrio da queda das exportações e da estagnação do consumo interno” – uma forma elegante de se referirem ao repuxo das sanções decretadas contra a Rússia –, a zona do euro repetiu no segundo trimestre a quase estagnação registrada no primeiro, 0,1%, segundo a revisão em baixa da Eurostat, a agência europeia de estatística.

Pra frente, as perspectivas não são melhores, especialmente diante da previsão, do FMI, de recessão na Alemanha até o final do ano e profusão de sinais de que a locomotiva alemã está rateando. Na comparação anual, o PIB da zona do euro desacelerou de 1% para 0,5%.

A Alemanha sofreu um recuo na comparação anual de 0,1% e estagnou em relação aos primeiros três meses do ano, depois de seis meses acumulados de contração. O PIB da Itália encolheu em comparação com os primeiros três meses do ano, embora, numa base anual, o resultado seja + 0,4%.

A França, que conseguiu aumentar a sua produção econômica em 1% em comparação com o mesmo trimestre do ano de 2022, vem perdendo fôlego e cresceu 0,5% na comparação com o trimestre anterior.

Os três países representam metade de todo o PIB da UE. A Holanda está em recessão, tendo registrado contração de 0,3% no PIB do 2º trimestre ante o 1º tri, com queda de 0,4% no primeiro trimestre com relação ao último do ano anterior.

As exportações diminuíram 0,7% tanto na zona do euro como no conjunto dos 27 países da União Europeia, em parte devido ao abrandamento do



Acúmulo de peças demonstra a queda no ritmo de produção da indústria automobilística francesa

comércio com a China e ao declínio acentuado da indústria automobilística alemã. A produção industrial na Alemanha caiu pelo terceiro mês consecutivo em julho.

O emprego mostrou, segundo o Eurostat, sinais de crescimento moderado, na UE, e lento na zona do euro no segundo trimestre de 2023, aumentando respectivamente 0,1% e 0,2%, na comparação com o trimestre anterior. De forma emblemática, os países que puxaram o crescimento do emprego no período foram Lituânia, Portugal e Malta. Por outro lado, os dados também mostraram que o número de desempregados na zona do euro aumentou 73 mil em julho em relação a junho.

Quanto à inflação, puxada pelas sanções e suas decorrências, foi de 5,3% em agosto, de acordo com o índice de preços ao consumidor (IPC). Já a inflação alimentar aumentou em média 9,8%. No cômputo final da inflação de 5,3%

Leia mais no site do HP

## Blinken leva a Zelensky mais US\$ 1 bilhão e munição de urânio para que a guerra de Washington prossiga

Tendo como cenário o fiasco da contraofensiva de Kiev na guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia, o secretário de Estado Antony Blinken chegou “de surpresa” na quarta-feira (6), levando na bagagem promessa de mais US\$ 1 bilhão para o regime Zelensky e munição de 120 mm de urânio depletado para os tanques Abrams a serem entregues.

Além de reiterar o empenho de Washington, e em especial do governo Biden, com a guerra “até o último ucraniano” e “pelo tempo que for necessário”.

A visita de “surpresa” foi cuidadosamente cronometrada, antecedida pela demissão do então ministro da Defesa por alguém ainda mais umbilicalmente imbricado com os norte-americanos, Rustem Umerov; a prisão do bilardiário Ihor Kolomoisky, ex-padrinho político de Zelensky, por “corrupção”; e uma provocação com um míssil em uma cidade do Donbass sob controle de Kiev, Kostyantynivka, disparado contra um mercado, que matou 16 pessoas. Vídeos exibidos pelas redes sociais rapidamente mostraram que o míssil, na verdade, veio das próprias posições ucranianas, como se comprovou na estação de trem de Kromatorsk.

A urgência no “combate à corrupção” – que antecedeu a che-

gada de Blinken – tem mais a ver com os problemas da candidatura Biden nos EUA diante da exposição do envolvimento do filho Hunter em corrupção na Ucrânia, logo depois do golpe de 2014, na empresa de gás Burisma, do que propriamente por algum interesse súbito de Kiev em deter a roubalheira. Há uma investigação judicial em curso nos EUA contra Hunter, em que Biden e denunciado como favorecido pela intermediação feita pelo filho.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, reagiu à “visita surpresa” de Blinken a Kiev, apontando que estava claro que Washington planejava continuar a bancar a guerra da Ucrânia “até o último ucraniano”.

“Por outras palavras, eles vão continuar a apoiar a Ucrânia em estado de guerra e a travar esta guerra até o último ucraniano, sem poupar dinheiro para isso. É assim que percebemos, sabemos disso. Não vai afetar a operação militar especial”.

A ideia de infligir uma ‘derrota estratégica’ à Rússia, está pronto para lutar não só até o último ucraniano, mas para pôr fim às gerações futuras”, se pronunciou a embaixada russa nos EUA.

Como registraram analistas, a contraofensiva do regime de Kiev, cinicamente saudada pela mídia dos EUA como o equivalente aos desembarques do Dia D na Normandia durante a Segunda Guerra Mundial, mal conseguiu arranhar as defesas russas, quanto mais cumprir a suposta meta de “alcançar o Mar de Azov” e abrir caminho para a retomada da Crimeia.

Não há dados de Kiev sobre seus mortos na frustrada ofensiva, mas recentemente o Ministério da Defesa russo estimou em 66 mil. O que parece confirmado pelas cenas de ampliação de cemitérios na Ucrânia banalizada e pela extensão da convocação obrigatória até a doentes de HIV e tuberculose e, inclusive, de homens de meia idade, além de pressão para que os países europeus deportem refugiados ucranianos para virarem carne de canhão substituta

Leia a íntegra em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

Ao constatar que não vingou a pressão dos EUA por um “tom de condenação à Rússia pelo conflito na Ucrânia, o portal alemão Deutsche Welle ficou desapontado com o que chamou de “tom brando”

Washington e seus acólitos, que já haviam fracassado no intento de forçar a Índia a convidar o chefe do regime de Kiev, Volodymyr Zelensky, para a 18ª Cúpula do G20, de Nova Delhi, aberta neste sábado (9), também saíram de mãos abanando na declaração final. Que, quanto à “Guerra na Ucrânia” – este o termo usado –, saúda “todas as iniciativas relevantes e construtivas que apoiam uma abordagem abrangente e uma paz justa e duradoura na Ucrânia”, pede respeito à Carta da ONU e expressa “profunda preocupação com o imenso sofrimento humano e o impacto adverso das guerras e conflitos em todo o mundo”.

Todos os demais pontos da declaração de 76 itens já estavam aprovados em Nova Delhi, quando finalmente o anfitrião da cúpula, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, confirmou que se chegara a uma resolução sobre o conflito na Ucrânia. Esforço de mediação em que a Índia foi ajudada particularmente pelo Brasil e pela África do Sul. No domingo (10), no encerramento da reunião do G20, o Brasil será empusado presidente do grupo, com mandato que se inicia em dezembro de 2023 e vai até novembro de 2024.

Criado em 1999, em plena tirania da ordem mundial unipolar dos EUA, em resposta à crise financeira asiática e suas consequências internacionais, o G20 reúne então ministros de finanças e presidentes de bancos centrais, como uma espécie de correia de transmissão do Fed e de Wall Street. Em 2008, quando o sistema financeiro norte-americano quebra, fragiliza os EUA e espalha a crise pelo mundo inteiro, o G20 é chamado a cumprir um novo papel, passando a ser em nível de chefes de Estado e de governo.

Integram o G20: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Europeia e, desde essa sessão do G20, a União Africana (UA).

Em junho, a Índia havia apresentado a proposta de membro pleno para a União Africana. “É uma honra receber a União Africana como membro permanente da família do G20. Isto fortalecerá o G20 e também fortalecerá a voz do Sul Global”, registrou Modi. Ao chamar a UA, representada pelo presidente Azali Assoumani, a ocupar seu lugar à mesa dos líderes do G20, Modi o recebeu com um acalorado abraço.

Em sua presidência do G20, a Índia sublinhou haver um “apelo coletivo para impulsionar o multilateralismo através da reforma das instituições globais” e se propôs a desempenhar “um papel catalisador nestas mudanças”. Mudança de mentalidade, acrescentou, especialmente “no contexto da integração das aspirações negligenciadas dos países em desenvolvimento, do Sul Global e da África”.

Em mensagem divulgada às vésperas da cúpula, Modi destacara a “Vasudhaiva Kutumbakam”, a concepção indiana de que “o mundo é uma família” e de um progresso “centrado no ser humano”. “Como Uma Terra, nos unimos para proteger nosso planeta. Como Uma Família, apoiamos-nos uns aos outros na nossa busca pelo crescimento e avançamos juntos em direção a um futuro partilhado – Um Fu-

turo – o que é uma verdade inegável nestes tempos interligados”.

O G20 responde por mais de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, por 75% do comércio global e 60% da população do planeta. Como convidados da presidência indiana, participam da cúpula os líderes de Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Maurício, Nigéria, Omã, Países Baixos e Singapura. Os presidentes Xi Jinping (China) e Vladimir Putin (Rússia) não estão presentes na cúpula de Nova Delhi, sendo representados, respectivamente, pelo primeiro-ministro Li Qiang e pelo ministro das Relações Exteriores Sergei Lavrov.

### FIASCO DA CASA BRANCA

O fiasco da pressão de Washington para arrancar uma condenação expressa a Rússia na declaração de Nova Delhi foi reiterado pela emissora alemã estatal Deutsche Welle, que classificou o documento de “brando”. “O tom de condenação”, confirmou a emissora, “era defendido pelos Estados Unidos, o G7 e a União Europeia”.

Ainda de acordo com a Deutsche Welle, a Rússia “só foi citada” na declaração “no contexto do acordo para exportação de grãos, suspenso em julho deste ano”, mas que “nem nesse ponto os russos foram condenados, com o texto apelando apenas para a implementação plena, rápida e eficaz de novo acordo ‘para garantir as entregas imediatas e desimpedidas de cereais, produtos alimentares e fertilizantes/insumos provenientes da Federação Russa e da Ucrânia. Isto é necessário para satisfazer a procura nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, especialmente nos países de África”.

Segundo a DW, Rússia e China ameaçavam vetar qualquer documento final que apresentasse condenações contra o Kremlin, o que deixaria, pela primeira vez, uma Cúpula do G20 sem uma declaração final.

Atendendo a uma demanda da China, o G20 reafirmou na declaração que a cúpula é um fórum de natureza econômica, e não geopolítica. “Reafirmando que o G20 é o principal fórum para a cooperação econômica internacional e reconhecendo que, embora o G20 não seja a plataforma para resolver questões geopolíticas e de segurança, reconhecemos que estas questões podem ter consequências significativas para a economia global”, diz um trecho.

A recusa do G20 a servir de palco para Zelensky estava bem estabelecida desde agosto, quando o secretário especial da presidência indiana do G20, Miktesh Pardeshi, disse que a Ucrânia não estava incluída na lista de países convidados para a cimeira. Mais tarde, o ministro dos Negócios Estrangeiros indiano, Subrahmanyam Jaishankar, apontando que o G20 é uma plataforma para discutir o crescimento global, afirmou que o grupo “deveria fazer aquilo para que foi criado e esta é a razão da nossa decisão”.

Em seu pronunciamento, o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, apelou aos países do G20 para que persistam na solidariedade e cooperação e reforcem a coordenação das políticas macroeconômicas para proporcionar confiança e impulso ao crescimento econômico.

Leia mais no site do HP

# Viva o 7 de Setembro! Viva o Brasil! (1)

Até hoje ainda há em nosso país quem não tenha compreendido a fundo o caráter revolucionário desta data e o quanto ela representa de avanço na formação da nação brasileira

SÉRGIO CRUZ

O 7 de Setembro de 1822 representou uma grande ruptura política ocorrida no país. Foi o desfecho de uma longa trajetória que culminou com a conquista da independência pelo povo brasileiro. O fato representou o primeiro grande salto de qualidade na formação da nação brasileira. Pouco mais de 30 anos após a Inconfidência Mineira, o Brasil deixou de ser formalmente uma colônia espoliada e humilhada por Portugal e passou a ser uma nação livre, independente e dirigida por brasileiros.

## SALTO DE QUALIDADE

A trajetória até chegar a essa data, quando se rompem os laços do colonialismo europeu, representa um período heroico da história brasileira. Como em tudo na vida, essa trajetória não seguiu em linha reta. Foram obtidas conquistas importantes e também houve muitos revezes. Na linha do tempo que se traçou desde a chegada dos portugueses até o momento em que o Brasil se livrou do domínio colonial, muitas pessoas deram a vida, muitas batalhas ocorreram, muitas execuções e exílios, mas a vitória finalmente chegou.

Até hoje ainda há no Brasil quem não tenha compreendido a fundo o caráter revolucionário desta data e o quanto ela representa de avanço para a formação da nação brasileira. Mandar o colonialismo português às favas, como fizeram os brasileiros liderados pelos irmãos Andradas, foi chave para que o Brasil se tornasse uma grande nação. Por não compreenderem adequadamente a importância estratégica da conquista da independência política no 7 de Setembro, algumas pessoas subestimam a importância de comemorar a data.

As classes que dominavam a “colônia” brasileira até o “7 de Setembro” eram classes portuguesas. Elas foram derrubadas. Comerciantes na sua maioria, financiados pela burguesia europeia, e aventureiros de todos os tipos. Os financiadores da colonização brasileira vislumbraram ganhos enormes com a exploração das riquezas do país recém descoberto. No início era apenas a extração de madeira e outros bens rudimentares da floresta, depois veio a fase do tráfico de escravos e da produção açucareira no Nordeste.

A nascente burguesia comercial portuguesa, bem como suas congêneres do “velho mundo”, como Inglaterra, Espanha, Holanda e outras, assim que puderam, lançaram mão da escravidão negra. Para isso, elaboraram e difundiram aos quatro cantos a ideologia criminosa da “raça inferior” dos habitantes do continente africano. Os negros foram arrancados de suas terras e trazidos para trabalhar para eles como escravos no “novo mundo”. Um verdadeiro genocídio ocorreu durante o período histórico que Marx chamou de acumulação primitiva do capital.

Inicialmente se utilizou a mão de obra escrava no Brasil para a produção açucareira na região Nordeste e, posteriormente, a escravidão se estendeu para a extração



de ouro e diamantes nos leitos dos rios e nas montanhas de Minas Gerais.

## AS PRIMEIRAS GERAÇÕES

A resistência mais forte ao domínio português começou a ser sentida assim que surgiram as primeiras gerações de pessoas nascidas nas terras conquistadas. Em 1645 tem início a Insurreição Pernambucana, uma luta ferrenha de produtores brasileiros de açúcar contra o domínio holandês. Nesta época, Portugal estava sob o controle da Espanha e os holandeses, que tiveram uma certa “permissão” dos portugueses para explorar o açúcar no Nordeste brasileiro, entraram em conflito e resolveram permanecer no Nordeste, à revelia da Espanha e de Portugal.

Os “nacionais”, ou seja, os brasileiros, expulsaram os holandeses à revelia de Portugal. A Coroa portuguesa, assim que se desligou da União Ibérica, queria manter uma espécie de “acordo” com os holandeses. Os brasileiros não aceitaram a presença holandesa. Posteriormente os inconfidentes de Minas usariam este fato como argumento para afirmar que, se o Brasil já havia expulsado sozinho os holandeses, à revelia da Metrópole, podia fazê-lo também em relação aos portugueses. Quem assim dizia, durante a Inconfidência Mineira, era o Cônego Vieira (Luís Vieira da Silva), padre da Diocese de Mariana e um dos companheiros de Tiradentes.

Dois outros fatos importantes marcaram esse período da luta heroica pela liberdade do Brasil. O primeiro foi o surgimento, durante as batalhas contra os holandeses, de um manifesto convocando a luta pela libertação do Brasil e que, pela primeira vez, se dirigia ao povo utilizando o chamamento à “Nação brasileira”. Este era um conceito novo, que já denota o sentimento nativista que embalava os integrantes desta empreitada libertária. Não se falou em “nação portuguesa”, mas sim na “nação brasileira”. O segundo fato importante foi a liderança do movimento ter sido exercida por brasileiros de várias raças. Os líderes eram um branco, um índio e um negro. André Vidal de Negreiros, um luso-brasileiro que já vinha liderando a insurreição pernambucana, o índio potiguar Felipe Camarão, e Henrique Dias, um negro brasileiro, filho de escravos libertos. É desta luta – particularmente da exitosa Batalha dos Guararapes – ocorrida na região metropolitana de Pernambuco nos anos 1648/9, que surge o glorioso Exército Brasileiro.

## ZUMBI DOS PALMARES

Nesta mesma época nascia na Serra da Barriga, Capitania de Pernambuco, atual União dos Palmares, Alagoas, o líder negro Zumbi, no ano de 1655. Nasceu livre, num quilombo, mas foi capturado e entregue ao padre missionário português Antônio Melo quando tinha aproximadamente seis anos.



**A trajetória até chegar a essa data, quando se rompem os laços do colonialismo europeu, representa um período heroico da história brasileira. Como em tudo na vida, essa trajetória não seguiu em linha reta. Foram obtidas conquistas importantes e também houve muitos revezes. Na linha do tempo que se traçou desde a chegada dos portugueses até o momento em que o Brasil se livrou do domínio colonial, muitas pessoas deram a vida, muitas batalhas ocorreram, muitas execuções e exílios, mas a vitória finalmente chegou. Ao lado, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência**

Batizado ‘Francisco’, Zumbi recebeu os sacramentos, aprendeu português e latim.

Algum tempo após Zumbi ter assumido a liderança do Quilombo dos Palmares, o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho foi chamado para organizar a invasão do quilombo. Em 6 de fevereiro de 1694 a capital de Palmares foi destruída e Zumbi ferido. Em 20 de novembro de 1695 ele foi morto.

Nesta época, os escravos fugiam e formavam os quilombos, o mais distante possível dos senhores de escravos. Alimentavam a esperança de voltar para sua terra natal. O quilombo era a forma de luta que eles usavam para se defender. Só mais à frente, no movimento abolicionista, a luta pela libertação dos escravos passou a ser uma luta política geral, que envolveu os negros e toda a sociedade. Foram mais de 60 anos de luta desde a Independência até que as classes escravistas fossem definitivamente derrotadas no Brasil em 1888/9.

Os negros que fugiam para os quilombos eram perseguidos pelas autoridades da época porque a estrutura econômica da sociedade era escravista. Existiam leis feitas para de-

fender a “propriedade” de escravos. Ou seja, acima da estrutura econômica escravista, implantada no Brasil pelo colonialismo europeu, se erguia uma superestrutura ideológica, legal, religiosa, etc, para sustentar a escravidão dos negros. Eram leis aprovadas para garantir a propriedade de escravos. A ideologia que sustentou a escravidão era a ideologia racista, baseada numa inexistente “superioridade” da raça branca europeia.

## MALDIÇÃO DE CAM

Para sustentar o regime escravista, a Igreja Católica atuou ideologicamente. Ela buscou na bíblia uma justificativa para o genocídio. Baseou seu apoio à escravidão negra com uma passagem do livro do Gênesis sobre a “Maldição de Cam” (na verdade colocada sobre Canaã, filho de Cam). Esta “maldição” foi imposta pelo patriarca Noé após um episódio de embriaguez no qual o seu filho o teria visto nu. A “maldição de Cam” fez Canaã ficar negro e maldito por castigo. Esta “interpretação” foi o que respaldou em 1455, com a promulgação da Bula Romanus Pontifex, a escravização e a exploração da

África pelo Reino de Portugal.

Com o fim formal da escravidão, em 1888, acabaram as leis escravistas, acabaram os “direitos” dos senhores de escravos, mas perdurou, e ainda perdura na sociedade, a ideologia do racismo, que é alimentada pelo antigo e o novo colonialismo e pelo imperialismo contemporâneo.

## REVOLTA DE VILA RICA

Em 1720, outra rebelião explode contra o domínio e a ganância portuguesas no Brasil. Desta vez, já nas Minas Gerais, em Vila Rica, local de onde Portugal extraía ouro e diamante numa quantidade tão grande que era suficiente para que a Corte vivesse de forma suntuosa e perdulária e ainda transferisse boa parte do ouro brasileiro para a Inglaterra a título de pagamento de dívidas. Esse endividamento era fruto da submissão imposta a Portugal pela Inglaterra através do tratado de Methuen, de 1703. Este tratado impediu a industrialização portuguesa.

O ouro brasileiro, extraído pela mão de obra escrava das Minas Gerais, ia parar nas mãos do governo inglês que soube utilizá-lo no fi-

nanciamento de sua revolução industrial.

O levante de Vila Rica foi liderado por um produtor brasileiro de ouro, Felipe dos Santos, e envolveu mais de 2 mil pessoas. O movimento foi derrotado pela ação violenta do Conde de Assumar, que então dirigia a província mineral. É dele a frase, dita aos seus superiores, depois de massacrar o levante: a de que “em Minas Gerais só se pensa em revolução”.

## INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Confirmando o que dizia Assumar, surge, então, em 1785 a Inconfidência Mineira. A exploração do ouro em Minas Gerais gerou, no coração do Brasil, uma economia mais dinâmica do que a exploração canavieira agrária e semifeudal do Nordeste. Houve em Minas uma intensa urbanização e a presença de homens livres em grande quantidade, gerou um mercado consumidor pujante que integrou várias regiões do país. Natural que fosse ali onde a contradição com as amarras retrógradas do colonialismo português mais se agudizasse.

*Continua na próxima edição*